

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

ATA Nº 023

PRESIDENTE – DEPUTADO SATURNINO MASSON

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite!

Invocando a proteção de Deus, e em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida por mim com apoio do nosso companheiro Deputado Wagner Ramos, com objetivo de debater assuntos pertinentes à regularização fundiária rural e urbana do Município de Tangará da Serra e da região.

Passo a palavra ao nosso Cerimonial para que convide as autoridades para a mesa.

A SR<sup>a</sup> MESTRE DE CERIMÔNIAS (ANA PAULA CARVALHO) – Convido para compor a mesa de honra os seguintes senhores e senhoras: Saturnino Masson, Deputado Estadual; Wagner Ramos, Deputado Estadual; Hélio Clementino dos Santos, Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento, neste ato representando o Prefeito de Tangará da Serra, Fábio Martins Junqueira; Vereador Hélio da Nazaré, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra; Francisco José Bernardo (Chiquinho da Padaria), Vereador de Nova Olímpia; Kleiton Carvalho, Presidente da OAB de Tangará da Serra; Levi Saliés Filho, Diretor de Finanças e Gestão, neste ato representando o Sr. José Adolpho de Lima Avelino Vieira, Presidente da Desenvolve MT; Adair José Alves Moreira, Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Ouvidor Agrário, neste ato representando o Sr. João Bosco de Moraes, Superintendente do INCRA Mato Grosso; Eulinda de Campos Lopes, Assessora Técnica, neste ato representando o Sr. Júlio Cezar Modesto, Secretário-Chefe da Casa Civil; Iza Karol Gomes Luzardo Pizza, Diretora de Regularização Fundiária Urbana do INTERMAT; Elvis Klauk Júnior, Assessor Parlamentar do gabinete do Deputado Estadual Valdir Barranco. (PALMAS)

Neste momento, retorno a palavra ao Deputado Saturnino Masson.

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Dr. Elder Costa Jacarandá, Presidente do INTERMAT.

Nós vamos conferindo, se houver alguma autoridade, levante a mão que chamaremos para cá.

Composta a mesa de honra, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Gostaria, neste momento, de pedir a licença de todos e pedir um minuto de silêncio em homenagem a uma pessoa que morreu em um acidente ontem, nosso amigo de longa data, foi Prefeito de Rondonópolis, foi Deputado por algumas vezes no Estado de Mato Grosso e agora atualmente era suplente de Deputado Federal.

Então, um minuto de silêncio em respeito a J. Barreto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

(FAZ-SE UM MINUTO DE SILÊNCIO EM HOMENAGEM A J.BARRETO.)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Obrigado a todos!

A SR<sup>a</sup> MESTRE DE CERIMÔNIAS (ANA PAULA CARVALHO) – Registramos a honrosa presença das autoridades que gentilmente compareceram a esta Audiência Pública: José Gamballi Neto, Secretário Executivo da Desenvolve MT; Ricardo Amorim, Coordenador do Programa Endereço Certo da Desenvolve MT; Eliel Ferreira Porto, Supervisor da EMPAER no Município de Tangará da Serra; Edes Cândido Miranda, Presidente da Associação Central do Município de Barra do Bugres; José Eduardo Davoli Ladeia, Presidente da Associação 29 de Novembro de Tangará da Serra; Luziano Francisco Ferreira, Presidente da Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Gleba Aurora; Aldo Atanásio da Silva, Presidente da Central da Associação dos Produtores Rurais de Tangará da Serra Assentamento Antônio Conselheiro; Silvana Rosa Cordeiro Ponce, Presidente da Associação Boa Esperança de Santo Afonso; Júnior Antônio Marciano, Presidente da Associação dos Produtos Rurais do Vale do Sepotuba de Santo Afonso; João Carlos de Souza, Vice-Tesoureiro da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Antônio Conselheiro Agrovila 5; Aldo Teixeira de Matos, Presidente da Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Nova Conquista de Tangará da Serra; Wilamy Alves Gomes, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Bela Vista de Nova Marilândia; Antônio Pardim, Presidente da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Santo André de Santo Afonso; Manoel Carlos Moreira Cunha, Presidente da Associação Esperança do Campo do Assentamento PDS Nova Conquista do Município de Nova Olímpia; João Bernardino de Souza Filho, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais, Cachoeira do Jubá, Assentamento Antônio Conselheiro, Município de Barra do Bugres; Sandro Francisco Borges, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores, Pecuaristas Unidos da Gleba Pompéia de Nova Marilândia; Ângelo Rogério Gomes Barbosa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Município de Arenópolis com extensão Santo Afonso e Nova Marilândia; Adilson Afonso da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tangará da Serra; Jonas Vinícius Lima, Coordenador Nacional da Frente Nacional de Luta Acampamento 1º de Maio, Nova Conquista e Vale do Sepotuba; Magnivaldo Alves Ribeiro, Coordenador do Acampamento XXIII de Maio de Tangará da Serra; Eni Sandra Fabiana Pereira, representante da Gleba Santo André III, de Santo Afonso.

Agradecemos ainda as presenças dos membros da Associação das Empregadas Domésticas de Tangará da Serra e dos servidores da Prefeitura Municipal de Santo Afonso; agradecemos o apoio da Associação Comercial e Industrial de Tangará da Serra, da imprensa local e regional; a presença dos moradores dos assentamentos e das glebas: Triângulo; Bezerra Vermelho; Antônio Conselheiro; Pompéia, do Município de Nova Marilândia; Antônio Conselheiro, do Município de Barra do Bugres; Santo André, do Município de Santo Afonso; Nova Conquista, do Município de Nova Olímpia; Gleba Formoso e Assentamento XXIII de Maio e Agrovila 5.

A palavra volta para o autor do Requerimento, Deputado Saturnino Masson.

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Boa noite!

Caso haja interesse de alguém da plateia em interpelar os palestrantes, as autoridades que vão falar, poderá fazê-lo com prévia inscrição. Haverá uma pessoa para pegar as inscrições para que vocês façam as perguntas inerentes àquela pessoa que está falando, ao assunto do seu local e da sua região, para sermos mais rápidos e mais sucintos nas respostas e também nas perguntas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

No caso, a pessoa terá de dois a três minutos para fazer a pergunta, e a pessoa que vai responder terá de cinco a dez minutos, talvez ele tenha que fazer uma explanação maior para poder dar a resposta.

Então, vamos iniciar pelo ex-Prefeito de Alto Paraguai, Ouvidor Agrário do INCRA, que está neste momento aqui, ele vai falar sobre o INCRA, sobre a regularização, é o nosso amigo Adair, o Prefeito mais bonito da região.

O SR. WAGNER RAMOS – Pessoal, é o seguinte, a equipe está selecionando as pessoas que querem fazer as perguntas, e vocês já vão se inscrevendo. Então, faremos as inscrições e vamos chamar de acordo com as inscrições, porque podemos encerrar e aí não pode mais, porque senão não acaba nunca. Então, o objetivo é que quem tiver qualquer tipo de pergunta, que faça a inscrição com o pessoal do Cerimonial.

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Boa noite!

Quero cumprimentar os Deputados Saturnino Masson e Wagner Ramos, que nos convocaram para estarmos aqui hoje; quero cumprimentar os Vereadores, os representantes do Prefeito, meu amigo Fábio; quero cumprimentar o INTERMAT, representado pelo Presidente Elder; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Diamantino e de Tangará da Serra; Associações de Assentamento do INCRA, como Antônio Conselheiro, Triângulo, Formosa, que é gleba da União Federal; os acampamentos da FNL e 23 de Maio, enfim, todos os trabalhadores e trabalhadoras com terra e sem terra aqui de Tangará da Serra e da região.

Eu sou servidor do INCRA, há cerca de nove meses, mas sou filho de assentado do INCRA no Projeto de Assentamento Capão Verde.

Militei por alguns anos na luta pela terra e pela manutenção da terra, que é uma tarefa mais difícil ainda, na Pastoral da Terra. Então, conhecemos esse sofrimento do dia a dia de quem é pequeno agricultor e tem essa missão de sobreviver da terra, o que não é fácil. Isso é para quem gosta e para quem é teimoso. Conhecemos essa realidade.

Eu vou fazer uma explanação bem rápida para situarmos como está o INCRA hoje. Quem é o INCRA hoje? Qual a visão política do INCRA? Qual é o foco? E vou ouvir vocês para ver de que forma conseguiremos cada vez mais aproximar e trabalhar neste ano de 2018, o que ainda resta de 2018.

A missão inicial do INCRA, em Mato Grosso, era distribuir terra. Distribuir terra, desde os anos 70. Pegou uma época boa, quando a terra em Mato Grosso era barata, o INCRA chegou a comprar terra em Mato Grosso a 60 reais o hectare. Hoje, há regiões no Estado, como Sorriso e Sinop, onde custa até 70, 80 mil reais o hectare. Então, é uma realidade bastante distante.

Dentro desse cenário, o INCRA, nesses últimos 30 anos, fez em torno de 419 assentamentos em Mato Grosso, só do Governo Federal, assentando em torno de 65 mil famílias. Com o passar dos anos... O INCRA tinha uma infraestrutura grande, o INCRA chegou a ter avião em Mato Grosso para fazer vistoria. Isso é para vocês terem uma ideia de como era o INCRA. A equipe tinha em torno de 1.200 funcionários e foi ampliada essa missão que o INCRA tem, que é a de fazer reforma agrária. Com o passar dos anos, foram aumentando as demandas do INCRA com os novos assentamentos. E com as novas demandas e os servidores envelhecendo, essa estrutura não acompanhou esse desenvolvimento, essa ampliação que o INCRA teve.

E vocês que estão no assentamento do INCRA, com certeza, sabem disso melhor do que eu, porque vivem isso no dia a dia, essa realidade do INCRA.

O INCRA criou um passivo grande, como ampliou muito essa demanda do INCRA, chegou o momento em que o INCRA não tinha mais condições de acompanhar e fazer as

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

vistorias e análises dos processos. Chegou o momento, em 2015, que o TCU bloqueou todo o cadastro do INCRA, vocês acompanharam isso.

Com essa realidade, de 2017 para cá, o INCRA vem passando por um processo de mudança. Primeiro, porque hoje não está mais fácil o INCRA comprar terra. Primeiro, pela escassez financeira mesmo que o Governo Federal vive, crise econômica de todos os governos; e, segundo, pela limitação, a disponibilidade de estoque de terras para poder comprar, para poder desapropriar.

Então, a partir disso, qual é o foco do INCRA a partir do ano passado para cá? É trabalhar com o que tem, consciente de que as pernas são curtas e o dinheiro mais ainda para continuar ampliando novos assentamentos, então, é trabalhar com o que tem.

E a partir disso, dos assentamentos que já existem, qual que é o foco hoje? É trabalhar a regularização fundiária e desenvolver esses assentamentos, essa é a visão. E de que forma vai se fazer isso? Esse é o desafio, a questão da regularização fundiária do ano passado para cá. Com as novas legislações que surgiram, a Medida Provisória 759, depois a Lei 13.465 e os decretos que surgiram agora no mês de março deram uma segurança jurídica maior para o INCRA de fato fazer a titulação dos assentamentos de mais de dez anos atrás, que é a maioria dos assentamentos dessa região.

Então, o foco do INCRA hoje é regularizar os assentamentos que já existem, fazer o georreferenciamento ou perímetros dos assentamentos, das parcelas e titular o máximo possível. Outro foco é o desenvolvimento dos assentamentos que já existem, esse é o desafio nosso. Por quê? Não é muito difícil de compreender isso. Por exemplo, como que a agricultura prospera tanto hoje em Mato Grosso, no Brasil, e que bom que prospera.

O grande plantador, o grande agricultor, com roças grandes, já planta com contrato garantido para quem vai vender, e em muitos casos até vende antecipadamente. Se ele colhe ou não; se colhe o milho e não tem o preço, a CONAB compra. Então, tem toda essa segurança que pode produzir, que tem o comércio, que tem o mercado para vender.

E vocês que estão lá nos assentamentos tem isso? Então, é esse o nosso desafio. Nós que vivemos na agricultura familiar conhecemos bem isso. Qual é o gargalo da agricultura familiar? É justamente essa segurança de poder produzir, poder vender, ter a garantia de que vai vender, que vai ter lucro e que não vai ter prejuízo.

Eu vivi isso no sítio com os meus pais até os 17 anos e conhecemos essa...

Então, qual é o nosso desafio, hoje? E aí percebemos e fazemos essa crítica interna dentro do INCRA de que é uma política pública e política pública para ter efetividade precisa traduzir em dinheiro, em orçamento, Srs. Deputados. Nós temos feito esse debate no Ministério da Agricultura e no Ministério do Desenvolvimento Social. O que tinha e que deu um programa de aquisição da agricultura familiar que permite cada assentado poder ter uma cota anual de venda do que produz, tanto para as escolas, quanto para a saúde, como para as famílias carentes, era de 09 mil e em vez de avançarmos nós regredimos para 04. Nós temos feito esse debate com o Ministério de Agricultura e ao MDS de que o pequeno agricultor precisa ter essa garantia de comercializar o que produz, precisa ter essa segurança que a grande agricultura tem.

A importância desta Audiência Pública, Srs. Deputados, é nos ajudar nessa interlocução com o Ministério da Agricultura. Nós temos cobrado do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Social que é preciso ter esse olhar para a agricultura familiar de incentivo. O assentado do INCRA e do INTERMAT não são preguiçosos. Eles produzem, sim; trabalham, sim, mas precisam desse olhar do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

E que bom que o agronegócio vai bem, que bom que vai, mas nós, também, queremos ir bem. É esta, hoje, a nossa posição dentro do INCRA: de que o INCRA precisa focar, o INCRA com o que pode, mas o Governo, enquanto Estado, precisa focar nesse apoio à agricultura familiar. Nós somos em torno de 71 mil famílias de assentados no Estado, entre assentados do INCRA e do INTERMAT. Colocamos as famílias, no geral, em torno de 5.000 pessoas. Então, 70 mil x 5.350 pessoas em um Estado de 03 milhões de habitantes. Somos em torno de 10% da população do Estado. Então, é preciso ter essa visão do Estado de priorização da agricultura familiar, de priorização do pequeno.

Mas estamos aqui, hoje, nesta Audiência Pública, muito mais para ouvir vocês e esta é a nossa mensagem.

Para finalizar agradecemos a Assembleia Legislativa pelo convite e pela oportunidade de participar. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Com a palavra o Dr. Elvis Antônio Klauk Júnior, Assessor Parlamentar, que falará da importância da mediação na regularização fundiária urbana à luz da lei.

O SR. ELVIS ANTÔNIO KLAUK JÚNIOR – Boa noite a todos!

Vocês estão me ouvindo bem?

(PLATEIA ACENA QUE SIM.)

O SR. ELVIS ANTÔNIO KLAUK JÚNIOR – Quero dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui, em Tangará da Serra.

Quero agradecer o Deputado Saturnino Masson e toda sua equipe pelo convite e pela educação.

Quero cumprimentar o Deputado Wagner Ramos, todos da mesa, todos os presentes.

Deputado, devido à extensão da mesa, eu vou tentar reduzir o máximo possível para vocês, mas eu vim falar aqui representando a Câmara Setorial Temática de Mediação de Conflitos Agrários da Assembleia Legislativa.

A Câmara de Mediação de Conflitos e de Regularização Fundiária Rural e Urbana, Deputado, visa... Ela entregou seu relatório, agora, dia 24 de abril. Ela fez um estudo pioneiro no Brasil em cima da Legislação 13.140, de 2015, que é a Lei da Mediação de Conflitos, onde para a nossa grata surpresa o Poder Legislativo, por meio da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa, nos deu parecer favorável para que Assembleia Legislativa, por meio dos Deputados...

E aqui quero aproveitar e fazer um pedido ao Deputado Saturnino Masson e ao Deputado Wagner Ramos para que apresente um Projeto de Resolução, Deputado, para que a Assembleia Legislativa, a partir do segundo semestre, agora, possa ter, de fato, uma Câmara de Mediação de Conflitos por meio da qual poderá fazer cooperações técnicas com o INTERMAT, com o INCRA, com a Defensoria Pública, com o Ministério Público, para que a própria Assembleia Legislativa interfira nos conflitos de regularização fundiária e agrária como um órgão auxiliar, como um Poder auxiliar do Poder Judiciário. E regularização fundiária e conflito são coisas que andam juntas e precisamos acabar com esse mito.

Dias atrás, eu fui à UFMT falar sobre contratos agrários e uma pessoa me perguntou: “Dr. Elvis, existe alguma coisa que tenha mais conflitos do que regularização fundiária e conflito agrário?”. Eu olhei para ele e perguntei: você é casado? Ele falou: “Estou no segundo casamento.”. Eu falei: então, você sabe o que é conflito. Entende bastante!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

Então, conflito é uma questão de diálogo. Muitas vezes, os conflitos existem por falha na comunicação. Então, a Lei da Mediação veio para o Poder Judiciário e o Poder Legislativo dizendo o seguinte: o Poder Judiciário já está inchado, a demanda está muito grande. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, hoje, de 10 demandas que entram no Poder Judiciário, apenas, 03 são finalizadas.

Nós temos um País de mais de 200 milhões de habitantes e temos mais de 107 milhões de demandas judiciais, ou seja, é quase um processo para cada dois habitantes no Brasil. Portanto, é muito difícil o Poder Judiciário dar conta dos conflitos. É por isso que os processos demoram tanto. E, por isso, foi editada a Lei 13.140, de 2015, para que as pessoas possam tratar dos seus conflitos com a ajuda de um profissional, que é o Mediador de Conflitos, que é o Conciliador e, também, até o Árbitro.

Qual é a vantagem da mediação na regularização fundiária, sobretudo, urbana? A Lei 13.465, de 2017, que é o marco legal da regularização fundiária no Brasil, traz que o Município é competente para criar câmaras de prevenções de conflitos administrativos. Se o Município não tiver essa estrutura, ele pode fazer convênio com o próprio Poder Judiciário.

O Poder Judiciário, hoje, tem o CEJUSCs, que é o Centro de Justiça e Conciliações que pode auxiliar o Município nesses conflitos por meio dos mediadores do Poder Judiciário para que esses conflitos sejam resolvidos de forma administrativa, evitando, assim, o Poder Judiciário.

Outra vantagem que a Lei traz é a questão de que o Município possa notificar os proprietários dos lotes e, com isso, caso haja alguma impugnação desses proprietários, essa Câmara de Mediação, dentro do Município, possa marcar uma sessão e tentar resolver isso de forma administrativa.

Então, para não tomar muito tempo dos senhores, trago a mensagem da Câmara Setorial: a Assembleia Legislativa, por meio dos Deputados, está trabalhando para que os conflitos possam ser resolvidos não só pelo Poder Judiciário, mas também pelo Poder Legislativo.

Regularização fundiária se resolve com a união de todos, não é só o poder constituído, é também a participação nossa.

Então, mais uma vez, quero parabenizar os Deputados, pois são atitudes como esta que vamos chegar a um resultado positivo, que é a titulação da área urbana; agradecer aos Vereadores e a todos os presentes.

Quero encerrar a minha fala com uma frase do Raul Seixas que diz o seguinte: “Um sonho só, é apenas um sonho. Quem sonha em conjunto é uma realidade”. Então, a regularização fundiária precisa ser sonhada em conjunto, com a união da sociedade, com a união dos poderes constituídos para que, de fato, o título de vocês possa ser concretizado.

Eu agradeço imensamente o convite e desejo boa noite a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Obrigado, Dr. Elvis.

Convido o Dr. Levi Saliés Filho, representando o Sr. José Adolpho de Lima, Presidente da Desenvolve MT, para fazer uso da palavra.

O SR. LEVI SALIÉS FILHO – Boa noite a todos!

Estou aqui representando o nosso Presidente da Desenvolve MT. Desenvolve MT, para quem não conhece, é a antiga MT FOMENTO, a Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

As Agências de Fomento começam com a extinção dos Bancos estaduais. A nossa Agência foi criada, em 2003, pela Lei nº 140 e, recentemente, recebeu uma alteração que amplia a sua atuação.

Na atuação da Desenvolve MT, somos quatro Diretores: o nosso Diretor-Presidente José Adolpho, a quem represento nesta oportunidade e cumprimento os Deputados pela iniciativa; um Diretor de Finanças e Gestão, na qual estou; a Diretoria de Desenvolvimento de Crédito e a Diretoria de Prospecção e Projeto. Na Diretoria de Prospecção e Projetos, nós fazemos a divulgação do nosso Estado.

Eu vejo aqui muitas pessoas que representam a agricultura familiar. A agricultura familiar hoje é um mote de qualquer Estado que quer desenvolver. O Estado que volta os olhos para a agricultura familiar, com certeza, vai lograr êxito.

O porquê de estarmos aqui, também, com o nosso Secretário Executivo, José Gamballi, se vocês quiserem saber das nossas linhas para a agricultura familiar, ele poderá ter um momento com vocês, e podem questioná-lo também.

No segundo momento, também, estamos com a questão da regularização dos imóveis da extinta COHAB. A Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso foi extinta nos idos de 96. Vários conjuntos habitacionais foram construídos em 39 Municípios. Aqui em Tangará da Serra é o Conjunto Habitacional Tarumã e o Conjunto Habitacional 13 de Maio. O Tarumã tem 494 imóveis e o 13 de Maio tem 77.

Como é que foi construído esse programa que nós denominamos Endereço Certo? A Desenvolve MT recebe a gestão da Carteira Imobiliária da COHAB em que são aproximadamente 45 mil imóveis. Esses 45 mil imóveis existem ainda moradores primitivos, que são aqueles que contrataram com a COHAB, e existem aqueles moradores que chamamos de cadeia dominial, ou seja, “a” que vendeu para “b”, que vendeu para “c” e assim sucessivamente. Alguns conseguem, ainda, ter todos esses contratos, outros não.

Então, para que o Programa tivesse êxito, nós tivemos que buscar parceiros. Um grande parceiro ou grandes parceiros desse Programa são: Assembleia Legislativa, que aqui mais uma vez eu agradeço; o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, onde firmamos um Termo de Cooperação Técnica.

E aí, Doutor, eu já posso falar para o senhor que estamos avançando com relação à conciliação. Por quê? Como eu havia dito, existem nessa cadeia dominial esses moradores da extinta COHAB, pessoas que não têm mais os seus documentos, ou seja, têm a posse desse imóvel, residem, mas não têm os documentos para que recebam os seus títulos definitivos. Qual é a solução? Buscar o Judiciário para que, nos mutirões de conciliação, ele apresente essa documentação, o Juiz analisa, ou seja, decide após a manifestação daquele conciliador. E assim essas três pessoas receberão, o morador primitivo, aquele que tem a documentação completa e esse terceiro que vai ser levado à consideração do Poder Judiciário.

Como é que isso acontece? Nós buscamos firmar, nos 39 Municípios, convênio ou Acordo de Cooperação Técnica para que o Município disponibilize pessoas que vão fazer esse cadastro. O que é esse cadastro? Nós vamos saber qual é a situação do morador e do imóvel, coletar os documentos.

Lá na Desenvolve MT, está aqui o nosso Gerente Ricardo... Eu vou pedir para o Ricardo levantar para que vocês o conheçam, que também estará à disposição de vocês. O Ricardo é o responsável pelo Programa lá na Desenvolve. Ele tem toda uma equipe técnica, uma equipe que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

está apoiando. Inclusive, ele virá aqui para outras reuniões à medida que formos convidados pela Prefeitura e os trabalhos vão avançando.

Essa coleta de documentação é encaminhada para a Desenvolve, nós analisamos e começamos, então, a entregar os títulos definitivos. Quem recebe primeiro o título definitivo é aquele morador primitivo; o segundo que recebe é aquele que tem toda documentação, e o terceiro com o mutirão de conciliação. É uma ação simples, mas, considerando o tempo que tem esses imóveis, imóveis com mais de 30 anos, algumas pessoas tem dificuldade. E o porquê de buscarmos, então, o Poder Judiciário foi justamente para ter o amparo legal.

Nós temos também no INTERMAT um grande parceiro, fica aqui o nosso agradecimento ao Elder, a Iza e ao Dr. Cândido! Não posso esquecer que nessa modelagem contamos, também, com o INTERMAT.

Nós ficamos à disposição para os questionamentos. Não quero me prolongar, Deputado, porque eu acho que as pessoas vão querer saber com relação a isso. O Programa é o Endereço Certo; a finalidade, regularizar os imóveis que pertenciam à carteira imobiliária da extinta COHAB, e ficamos à disposição dos senhores para os questionamentos.

Muito obrigado! Boa noite! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Obrigado pela fala, Doutor.

Convido a Dr<sup>a</sup> Eulinda de Campos Lopes, Assessora Técnica, representando o Sr. Júlio Cezar Modesto, Secretário-Chefe da Casa Civil.

Gostaria de dizer que as perguntas estão chegando e é bom que se coloque à qual órgão, INCRA, INTERMAT.

Mas, salientar que INCRA e INTERMAT, todos os Poderes juntos, Governo Federal, Governo do Estado, nós da Assembleia Legislativa e todos esses órgãos que estão aqui, estão todos trabalhando com vontade para resolver os problemas da área urbana como da área rural que vem se arrastando há muito anos e agora é o momento de trabalharmos.

Então, podem fazer as perguntas sem constrangimento que as pessoas que estão aqui vieram preparadas às respostas. Àquilo que não der para dar resposta hoje, eles levarão por anotação e vamos fazer o acompanhamento.

Então, com a palavra, a Dr<sup>a</sup> Eulinda.

A SR<sup>a</sup> MESTRE DE CERIMÔNIAS (ANA PAULA CARVALHO) – Agradecemos também a Sr<sup>a</sup> Sandra Garcia, Vereadora de Tangará da Serra; ao Sr. Carlinhos da Esmeralda, Vereador de Tangará da Serra; ao Sr. Wagner Constantino, Vereador de Tangará da Serra; ao Sr. Wellington Bezerra, Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Serviços de Tangará da Serra; Vereador Carlinhos da Esmeralda, de Tangará da Serra; Antônio Rodrigues Catarino, Presidente do Bairro Jardim Planalto de Tangará da Serra; Wilson Verta, Vereador de Tangará da Serra; Reinaldo Rodrigues Santana, Vice-Prefeito do Município de Santo Afonso.

A palavra volta para o Presidente Deputado Saturnino Masson.

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Eulinda de Campos Lopes.

A SR<sup>a</sup> EULINDA DE CAMPOS LOPES – Boa noite a todos!

Eu sou Eulinda de Campos Lopes, trabalho no Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional da Casa Civil, vim representando o nosso Secretário da Casa Civil, Júlio Modesto, que atualmente acumula também o cargo de Secretário do Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

Nós agradecemos o convite para participar desta Audiência Pública, fomos convidados pelo Deputado Saturnino Masson, e é com grande prazer que vimos ao Município de Tangará da Serra para apresentar o Programa Terra a Limpo.

O Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional vem trabalhando desde o ano de 2016 na busca de recursos junto ao Fundo Amazônia para serem aplicados na regularização fundiária rural nos Municípios do Estado de Mato Grosso.

No dia 02 de abril, conseguimos aprovar, junto ao Fundo Amazônia, 72 milhões e 900 mil reais para serem aplicados em 87 Municípios do Bioma Amazônia. Trabalharemos a regularização fundiária rural em todas as suas fases, começando com a execução do georreferenciamento do perímetro externo dos assentamentos e das glebas estaduais, trabalharemos também, em parceria com o INCRA, os assentamentos de responsabilidade do Governo Federal e trabalharemos em parceria com a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal-SERFAL/MT as glebas públicas de responsabilidade do Governo Federal.

Então, é um projeto inovador. É o primeiro no Brasil que o Fundo Amazônia está apoiando. São recursos não reembolsáveis, ou seja, são recursos de fundo perdido que não representa nenhum tipo de dívida para o Governo do Estado e visa trazer essa tão sonhada regularização fundiária à população do Estado de Mato Grosso.

Estamos na fase de assinatura do contrato com BNDES e até o começo do próximo mês deveremos iniciar a execução dos trabalhos. Todo esse trabalho foi realizado em conjunto com as 03 entidades de regularização fundiária: com o INTERMAT, que é responsável pela regularização fundiária das glebas e assentamentos do Governo do Estado; com a SERFAL, que é responsável pela gleba do Governo Federal, e com o INCRA, que é responsável pelos assentamentos. Foram 02 anos de discussão, 02 anos de um trabalho bastante árduo para a construção desse programa. Estiveram envolvidos os técnicos do INCRA, os técnicos do INTERMAT e os técnicos da SERFAL.

Neste momento, estamos elaborando os planos de trabalho para que possamos, no próximo mês, dar início à execução do programa. Essa parceria é importantíssima. Quando falamos de regularização fundiária, não podemos pensar só nas terras que são de responsabilidade do INTERMAT. Sabemos que, no nosso Estado, temos as glebas federais e, também, os assentamentos federais. É um projeto inovador onde o Estado de Mato Grosso vai trabalhar a regularização fundiária de forma global em conjunto com o Governo Federal.

O Município de Tangará da Serra será contemplado. Nós trabalharemos os assentamentos e glebas existentes no Município. Gostaríamos de contar com a parceria da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra que está aqui, que conhece a região, que conhece quais os problemas que o Município enfrenta e pode nos ajudar a desenhar como fazer essa regularização fundiária rural aqui, no Município de Tangará da Serra.

Eu agradeço a todos pela presença e temos um grande desafio à frente, que é trabalhar essa regularização fundiária. Sabemos que, quando você consegue fazer a regularização fundiária, você traz a segurança jurídica para os assentados, que, por sua vez, com seus títulos podem ter acesso ao crédito e com acesso ao crédito ele pode melhorar sua produção e, consequentemente, ter aumento de renda.

Então, é um grande programa de alcance social que daremos início.

Obrigada a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Obrigado, Dr<sup>a</sup> Eulinda.

Antes de chamar o próximo palestrante, convido para compor a mesa a Sr<sup>a</sup> Viviane Quadros, Presidente da Comissão Fundiária do nosso Município de Tangará da Serra.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

Com a palavra, a Dr<sup>a</sup> Iza Karol Gomes Luzardo Pizza, que é da regularização urbana de modo geral, após a regularização dos loteamentos que pertencem ao Estado.

A SR<sup>a</sup> IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – Boa noite!

É uma grande satisfação estar aqui, no Município de Tangará da Serra, para discutir um tema tão importante.

Cumprimento a mesa na pessoa do Deputado Saturnino Masson, que brilhantemente pensou em trazer o problema mais próximo para ser discutido. E que possamos daqui fazer alguns encaminhamentos para encontrar a solução para a regularização.

Eu vou falar um pouco do INTERMAT.

O INTERMAT é o Instituto de Terras que, no seu início, na sua origem, tinha a função eminentemente rural agrária. Em 2010, foi criada a Diretoria de Regularização Urbana e todo esse passivo adentrou o INTERMAT. Daí iniciaram-se alguns programas que o INTERMAT passou a administrar para tentar resolver.

Nos Municípios aqui já nominados – Santo Afonso, Nova Marilândia, Tangará da Serra e demais da região –, existem os Programas chamados Meu Lar, Morar Melhor, Casa Fácil, Feliz e Estou Feliz, que são da época do Governador Blairo Maggi, onde foi instituído o programa de conjunto habitacional. Esses conjuntos habitacionais tinham por meta diminuir a quantidade da população, o banco da população necessitando de moradia. Foi enviado dinheiro do FETHAB e foram construídas as casas. E aí nasceu um problema que, hoje, estamos aqui tentando debater para encontrar uma solução.

Qualquer construção que o Estado, o Município ou a União façam precisa primeiro saber quem é o dono do lote. Eu não posso adentrar a uma propriedade e sair construindo, mas infelizmente isso foi feito nesses Municípios que eu já disse.

E hoje, em parceria, pela manhã conversando com a Prefeitura, aqui representado pelo Secretário... A Prefeitura é parceira em Tangará da Serra de forma mais pontual para tentarmos destravar e finalizar a regularização de 03 bairros de forma mais pontual, o São Diego, o Distrito do Progresso e o Alto da Boa Vista.

Então, hoje é o início das tratativas para iniciarmos a regularização desses 03 conjuntos no Município de Tangará da Serra, peço que os demais Municípios após, ou semana que vem, procurem o INTERMAT, que também daremos mesma tratativa para começar a regularização.

Regularização tem fases, a primeira fase é descobrir de quem é o chão, como eu já disse, se o chão for de particular, não tem como o Estado titular ninguém; se o chão for do Município, o Estado não tem como titular também; se o chão for da União também, da mesma forma. Por isso, sabendo da deficiência da documentação que encontram no cartório, é necessária a parceria entre o cartório, o Município e o Estado para que nós consigamos findar esses loteamentos. Sem isso seria enganar a população de Tangará da Serra, sem isso seria trazer uma mentira. Essa comissão que está aqui montada não está para isso. Estamos para trazer o problema e alguns apontamentos de solução.

O segundo passo é que esse projeto precisa ser regular, a Prefeitura precisa provar e adentrar ao cartório para registro, esses programas contemplam tanto o chão como a construção, que é a casa de vocês.

O Município de Tangará da Serra tem que entregar a casa averbada, é uma regularização completa, uma regularização que visa transferir domínio de forma plena ao morador, sem essa etapa pré-existente não há título, e cabe aqui reforçar que regularização fundiária não é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

somente título, regularização fundiária tem inserção no meio ambiente social de infraestrutura. Título é uns dos produtos da regularização fundiária.

Quando se emancipa um assentamento, quando se entrega um título de loteamento urbano, quer dizer que já chegou infraestrutura, água, esgoto, energia, asfalto, posto de saúde, escola, é o mínimo. Às vezes, o desespero só pelo título não é o caminho mais saudável, porque estaremos reconhecendo que todo esse programa foi cumprido e sabemos que, na realidade, grande parte dessa infraestrutura ainda não chegou.

Então, por cautela e zelo com a regularização fundiária urbana, o INTERMAT vem tratando com os entes a quem compete, que é o Município de Tangará da Serra, o cartório, a Assembleia Legislativa, que é parceira na regularização.

E o Governo do Estado de Mato Grosso determinou que ninguém, independente de partido, independente de Município, fique esquecido. É ordem do Governador não esquecer ninguém, independentemente de onde esse morador, esse cidadão esteja. É obrigação do Estado entregar o título definitivo da propriedade.

Como o INTERMAT... É filosofia do INTERMAT: eu não olho quem é, eu tenho que trabalhar. É obrigação do servidor. E como servidora efetiva da Casa que sou, ocupo hoje um cargo de diretoria... É obrigação do servidor entregar.

Hoje visitamos o Distrito de Progresso e Alto da Boa Vista, não é compreensivo e não é plausível a população aguardar mais de 14, 20 anos por uma regularização. Hoje, aqui, é o início das tratativas de forma regular, respeitosa com a população.

Quero deixar o agradecimento aos Deputados Saturnino Masson e Wagner Ramos, mais uma vez, porque sem esta Audiência Pública... O INTERMAT só tem na Capital e fica muito distante o contato, fica muito longe. É caro pegar um ônibus, é caro pagar um transporte, uma alimentação para chegar ao INTERMAT, e nós não conseguimos, muitas vezes, atender.

Eu agradeço a presença de todos, sem vocês nós não fazemos regularização, sem a ajuda de todos, sem comprometimento, empenho, não se faz regularização. Regularização é empenho do morador quando da vistoria, quando for à época de organização de documentos pessoais, como: RG, CPF, Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento, Divórcio. Sem a colaboração de todos, não se faz regularização.

A Lei nº 13.465 tem diversos procedimentos e gabarita o Município a fazer a regularização. Essa Lei traz procedimentos claros como demarcação urbanística, que é uma das saídas para aquele loteamento que tem, dentro do seu perímetro, área de terceiro, área do Estado e área do Município. É um procedimento que o Município tem como uma das saídas.

Então, neste momento é unir forças. O Prefeito Fábio Junqueira, que enviou como seu representante o Hélio, se comprometeu, é parceiro, está à disposição; da mesma forma que o Cartório do 1º Ofício, que é o Cartório de Registro de Imóveis, aonde esse título vai chegar, aonde esse título vai contemplá-los com domínio. Domínio esse que garante um financiamento, garante herança para aqueles que ficarem como herdeiros, garante a segurança de um lar, o lar você já tem, que é a família, vocês não têm a casa documentada, que é um direito de propriedade, direito esse previsto e consagrado a todos os cidadãos.

O INTERMAT, para não me estender mais, é parceira na regularização tanto urbana e rural, o INTERMAT não tem nenhuma vila rural aqui no Município, mas ele tem em outros Municípios. Da mesma forma, a Diretoria Agrária está empenhada em boas parcerias. Nós fazemos regularização com bons parceiros. Parceiros esses que o INTERMAT vem escolhendo a dedo para que entreguemos o título registrado. Sem registrar não é dono. Essa é a principal finalidade do título,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

o que vai chegar às mãos de vocês é o título registrado. A Desenvolve MT, brilhantemente, para desafogar o gargalo que foi criado na COHAB e minimizar custos, vem emitindo título definitivo.

Então, aqueles contratos de mutuário que tem em casa e nunca levou a registro pode ser substituído por um título definitivo, reduz o custo do registro, não se paga pelo primeiro registro os impostos ali cobrados, porque o Município é que vai dizer o valor cobrado pelo ITBI.

Temos mecanismos e o Estado de Mato Grosso, por meio do Governador Pedro Taques, vem tabulando formas de resolver a vida de todos, com boas parcerias, com a Desenvolve MT, como o Levi que me antecedeu disse, como a Eulinda acabou de dizer, vêm mais de 72 milhões para resolver a área rural de todo Mato Grosso.

É momento de unir, é momento de todos concentrarem esforços, por isso preciso do Município, da Prefeitura, do Legislativo Municipal. É de suma importância os Vereadores estarem acompanhando e empenhados nessa regularização.

Sem essas pessoas que vocês elegeram, e que representam muito bem vocês, não se faz regularização, desde isenção de impostos a serem pensados, então, são mecanismos que a lei já traz, só precisamos aplicar com pessoas competentes e responsáveis.

Lá no INTERMAT, semana passada, entrei em contato com Viviane, que também está imbuída nesse novo desafio, agradeço a Viviane, que acabei de conhecer; mas, desde semana passada, se mostrou disponível, parceira também.

Quero aqui deixar meus agradecimentos, estou aberta às perguntas e indagações. O INTERMAT é parceiro, o INTERMAT vem trabalhando de forma responsável e não vai deixar ninguém para trás.

Obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Obrigado, Dr<sup>a</sup> Iza.

Agora vamos passar para o nosso Secretário de Planejamento, Hélio Clementino, para dar a sua palavra.

O SR. HÉLIO CLEMENTINO DOS SANTOS – Meu boa noite a todos!

Neste ato, represento o Prefeito Municipal Fábio Martins Junqueira, cumprimento a mesa na pessoa do Deputado Saturnino Masson, que, por meio da sua indicação, trouxe essa discussão importante para o Município de Tangará da Serra, porque temos aqui membros da sociedade, do Legislativo, do Judiciário, órgão do Governo Estadual e órgãos do Governo Municipal envolvidos nessa discussão e famílias, pessoas que estão interessadas em resolver suas questões fundiárias.

Dr<sup>a</sup> Iza bem já salientou, eu vou fazer uma fala bastante breve, porque nós temos, eu creio, dúvidas a serem esclarecidas.

O Município de Tangará da Serra, na mesma preocupação aqui já bem enfatizada, tem uma Comissão própria, representada hoje pela arquiteta Viviane Quadros, que é Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária.

A regularização fundiária está aportada na Secretaria de Planejamento, da qual eu estou Secretário, e o Prefeito nos incumbiu de estar aqui, em razão de outro compromisso que ele tinha no mesmo horário.

Para os senhores terem ideia, o Município de Tangará da Serra, hoje, na zona urbana, possui um pouco mais de 120 loteamentos que compõem o Município de Tangará da Serra. Desse total, por volta de 30 loteamentos, ou são irregulares ou clandestinos. Isso dá aproximadamente um quarto dos loteamentos que surgiram em Tangará da Serra, de maneira não própria, não autorizada, não regulamentada e não permitida pelo Município.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

E aqueles que estão hoje lá, com suas casas, com suas famílias, não conseguem ter um documento que mostre que aquilo é seu, que aquilo lhes pertence, e o processo de regularização fundiária permite que essas situações sejam resolvidas.

Para vocês terem ideia, recentemente, nós resolvemos casos da Vila Goiânia, ou da Vila Goiás, Jardim dos Ipês, Morada do Sol, Bela Vista, e agora, recentemente, estamos para fazer a audiência final do loteamento São Luiz, o processo já foi concluído no cartório e agora faltam as audiências públicas e a titulação dessas pessoas.

Recentemente, no Município, houve uma ação que contou com o Instituto da Holanda, a Agência Kadaster. O pessoal do cartório esteve efetivamente envolvido, e aqui eu cito o Almir e o Dr. Cleiton, envolvidos nesse trabalho que foi desenvolvido lá no Joaquim do Boche, um trabalho importante de regularização fundiária, com professores da UNICAMP e com a Embaixada da Holanda.

Então, o Município de Tangará da Serra agradece a parceria que o INTERMAT nos propôs, não hoje, mas hoje foi uma das conversas, porque nós já estamos conversando com o INTERMAT há certo tempo, com o pessoal do Desenvolve-MT, que também tem outra leva de imóveis no Município para regularizar. Com a *expertise*, a experiência e a competência técnica desses órgãos, somando ao que a Prefeitura tem também no seu corpo técnico, estamos emparceirados para resolver as questões. Nós ambicionamos, até o final da gestão do Prof. Fábio Junqueira, resolver tudo aquilo que for possível e que está dentro da nossa competência, que são quase 30 loteamentos irregulares e clandestinos.

Assim, Deputado Saturnino Masson, eu agradeço a oportunidade, estaremos à disposição para os questionamentos futuros.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Eu que agradeço, Secretário, muito obrigado pela presença.

Antes de passar a palavra para vocês fazerem as perguntas, ainda temos que ouvir o nosso Presidente da Câmara, Vereador Hélio da Nazaré.

O SR. HÉLIO DA NAZARÉ – Boa noite, senhoras; boa noite, senhores. Quero cumprimentar a mesa em nome do Deputado Saturnino Masson, que requereu esta Audiência Pública, Deputado Wagner Ramos e demais autoridades que compõem a mesa.

Quero ser bem breve, eu já não falo muito, e quando vocês estão todos aqui para ouvir as autoridades que são da área para tirar as dúvidas de vocês... Mas quero dizer, enquanto Poder Legislativo, que estamos aqui todos os 14 Vereadores, representando toda a população de Tangará da Serra. E estaremos, sim, Deputado e a Doutora que falou através do Poder Legislativo, cobrando o Executivo Municipal para ajudar a resolver com a Assembleia Legislativa e com as demais autoridades, e a ser nosso suporte no Poder Legislativo para resolver, para que as pessoas que têm propriedade, que já têm as terras de fato, não de direito, tenham, sim, de fato e de direito e sejam os donos.

E aquelas pessoas que ainda estão assentadas e que não têm ainda suas terras, nós estaremos, sim, com os Deputados e com as demais autoridades, tentando resolver, como também as áreas rurais e as urbanas, porque há vários loteamentos em Tangará da Serra que ainda são clandestinos e estamos, em nome dos 14 Vereadores do Poder Legislativo de Tangará da Serra, muito felizes por fazermos parte desta Audiência Pública aqui em Tangará da Serra. E queremos realmente colher frutos desta Audiência, que não fique só numa Audiência, com as pessoas esperando pela regularização.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

Então, podem contar com o Poder Legislativo de Tangará da Serra, porque vamos cobrar por vocês, pelo povo de Tangará. Eu sei que há pessoas que são de outros assentamentos, que já fazem parte de outros Municípios, mas cabe a mim, como Vereador de Tangará da Serra, cobrar para que os Deputados cobrem pelo Estado todo. E o que for do nosso alcance, se pudermos ajudar, mesmo sendo em outros Municípios, estamos juntos.

Que Deus abençoe a todos e que seja uma ótima Audiência Pública. Que vocês levem esperança e que essa esperança se concretize no dia de amanhã.

Obrigado, que Deus abençoe a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Então, passo a palavra ao nosso companheiro, nosso amigo da Assembleia Legislativa, Deputado Wagner Ramos. Em seguida, bem breve, depois que o Dr. Cleiton falar, abriremos para as perguntas, que é o principal motivo desta Audiência Pública, porque entendemos que agora é o momento certo, porque o Governo Federal, o Governo do Estado, Prefeituras, Vereadores, Deputados, enfim, e a comunidade precisando, é a hora certa.

O Governo do Estado conseguiu esse recurso que vai auxiliar para que possa fazer as medições dessas terras. Isso é muito importante. Estávamos com dificuldade, os assentados estavam com muita dificuldade em pagamento e agora, não. Juntamente com os órgãos, vai se arrumar uma empresa que seja idônea, credenciada, certinha no INCRA, para fazer essa documentação para vocês.

Com a palavra, o Deputado Wagner Ramos.

O SR. WAGNER RAMOS – Gente, nós sabemos e vamos direto ao assunto, até porque, nesta Audiência Pública, é de fundamental importância que todos vocês que têm qualquer tipo de dúvida com relação ao INCRA, INTERMAT, Governo do Estado e Governo Federal, possam tirar essas dúvidas hoje.

Eu estou como Deputado há algum tempo e, às vezes, eu já pensei, Dr<sup>a</sup> Iza, que o problema seria o Deputado Wagner Ramos e de que forma iríamos resolver isso, mas nós temos casos, por exemplo, da Gleba Tibagi, em Brasnorte, que outro dia eu fiquei sabendo que há quase 40 anos, as pessoas estão lá aguardando o título das suas áreas, é o caso da Gleba Triângulo e do Assentamento Antônio Conselheiro.

O tempo vai passando e passando e as coisas praticamente ficam na mesma, os governos não se preocupam em resolver esse problema. E agora nós estamos vendo o Governo do Estado, através do Governador Pedro Taques e do Governo Federal, tentando resolver, porque é o seguinte: colocam as pessoas nas áreas e deixam lá, e o tempo vai passando.

Alguns assentamentos, algumas localidades, conseguem uma documentação mais rapidamente, por exemplo, quando nós conseguimos da Ariranha, que foi um encontro de contas do Governo do Estado com a empresa. E, naquele momento, nós conseguimos entregar as escrituras, então ficou fácil. Mas nós temos hoje a pendência na Pecuama, Pompéia, Lucélia, Santo André, toda aquela localidade com pendências, e é preciso resolver.

Nós temos Vale do Sol, Bezerro Vermelho. Temos muitas comunidades, o próprio Antônio Conselheiro, em que as pessoas precisam ter a documentação das suas área, precisam ter a escritura, precisam receber as casas novas, precisam receber um fomento, precisam fazer um financiamento para poderem comprar sua vaca, comprar seu gado, seu empreendimento agrícola.

Então, hoje, nesta Audiência Pública... Porque é o seguinte: vários que estão aqui eu já acompanhei no INTERMAT, no INCRA, na FETAGRI, em todos os locais e encontramos muitas dificuldades e, hoje, esses órgãos estão aqui. Então, parabéns a todos vocês!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

A Desenvolve MT, também, está ajudando muito. Eu quero aqui agradecer o Secretário Júlio Modesto, que, com a Secretaria de Administração, que, hoje, é SEGES, com a Casa Civil, com o Governador Pedro Taques, está fazendo um trabalho para conseguir mais de 70 milhões – acho que é isso – em uma parceria com o INCRA para conseguir fazer o geo e com isso resolver o problema.

Então, parece uma coisa absurda, mas não tem dinheiro e o Governo Federal... Infelizmente, gente – vou ser franco com vocês –, o Presidente Michel Temer, colocou de recurso para o INCRA, para a reforma agrária deste ano, sabe quantos? Zero! Zero!

Então, essa preocupação nós temos, mas estamos vendo... Os processos que estão andando para esse financiamento não terão problema, viu gente, porque é diferenciado. O Governo do Estado vai fazer essa parceria com INCRA com isso arrecadar esses recursos e com isso fazer o documento de vocês.

Então, é essa a expectativa de, hoje, ver essas autoridades aqui do Governo Federal e do Governo Estadual para tentar resolver os problemas de todos vocês.

Então, o que tiver de dúvidas vamos perguntar, pois eles estão aqui para resolver, responder, anotar e correr atrás para as audiências em Cuiabá e resolver o problema.

Muito obrigado a todos e boa noite! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Obrigado, Deputado Wagner Ramos, pela sua fala.

Quero complementar dizendo que, após o término desta Audiência Pública, os assuntos que ficarem pendentes tanto a minha assessoria como a assessoria do Deputado Wagner Ramos estarão com vocês trabalhando dia e noite. Poderíamos ter trabalhado isso há 03 anos quando começamos o nosso mandato, mas não tinha conteúdo, não tinha programa. Agora que criaram esses programas. Agora que arrumaram esse recurso. Então, é a hora certa de nós trabalharmos.

Passo a palavra ao Presidente da OAB, que muito nos prestigia aqui com a sua presença. Muito obrigado pela presença!

O SR. KLEITON CARVALHO – Boa noite!

Muito obrigado, Deputado Saturnino Masson, autor desta Audiência Pública. Em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, queremos dar as boas-vindas à população que está aqui.

Srs. Deputados Saturnino Masson e Wagner Ramos, dizer que a Ordem dos Advogados do Brasil é parceira em tudo aquilo que for de benefício à população, apoiando naquilo que é possível, legítimo. Eu, particularmente, estou torcendo para que a regularização, de modo geral, se dê de uma forma mais célere e rápida para vocês e para as pessoas que não estão aqui e que precisam dos seus títulos.

Eu costumo dizer que a regularização fundiária traz para o povo um dos maiores princípios constitucionais, que é o princípio da dignidade humana. Nada mais justo do que você estar no seu pedaço de terra, seja urbano ou rural, e ter o seu título, ter mais dignidade, poder fazer o que você quiser com a sua propriedade, financiar, melhorá-la, oferecê-la em garantia, vendê-la quando você quiser. Então, a dignidade humana tem que ser observada por todos, principalmente, pela classe política e pelos órgãos de gestão. A união faz a força!

E nós temos um exemplo aqui que o Hélio fez menção e o Almir, que está aqui representante do Cartório do 1º Ofício: não é difícil fazer regularização fundiária. Precisamos de dinheiro. Dinheiro já não é tão fácil.

Por Tangará da Serra passou há um tempo o pessoal da Holanda, de uma faculdade, com o pessoal da UNICAMP e fizeram a regularização fundiária de uma parte do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

Assentamento Joaquim do Boche em menos de 06 meses, de maneira gratuita, com apoio do Cartório de Registro de Imóveis. Então, somos prova viva de que é fácil fazer, mas basta querer.

E para querer o Poder Público está aqui se colocando à disposição e nós vamos colocar o Kleiton não como Presidente, mas como cidadão, e vocês, também, cada um cobrar do seu representante que se esforce com os demais para que a regularização fundiária seja uma realidade em Tangará da Serra, em Mato Grosso e no Brasil. É só essa mensagem que eu quero deixar para vocês.

Deputado, eu quero agradecer a oportunidade de a OAB estar aqui.

Vou pedir licença com antecedência, porque nós temos um evento na OAB, também, sobre Direito Trabalhista.

Para nós é uma honra e sempre que quiserem contem conosco.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Eu que agradeço, Kleiton, pela presença e pela fala. Nós precisamos contar muito com os advogados para trabalharem em muitos assuntos.

As perguntas eu vou começar pelo Presidente do Sindicato Rural dos Trabalhadores, Sr. Adilson.

Quem for já levante a mão para facilitar.

O SR. ADILSON AFONSO DA SILVA – Primeiro, eu gostaria de agradecer por esta Audiência Pública que foi convocada pelo Deputado Saturnino Masson e pelo Deputado Wagner Ramos e agradecer a todos que estão aqui presente.

Adair, primeiro é contigo meu irmão: eu só quero que você dê um esclarecimento ao pessoal do PA Triângulo, que está aqui, com relação àquele geo que estamos fazendo lá, porque muitos acham que não estamos fazendo. A parte de campo está feita, a outra parte é com o INCRA que tem aquela parte que precisa de documentação para liberar senha, para lançar no SIGEF.

Depois, quero que você dê um esclarecimento ao pessoal do Assentamento Triângulo.

Outra coisa é um esclarecimento com relação a esse recurso que está saindo, no que ele ser usado: se será em georreferenciamento... Nós temos aqui o Antônio Conselheiro, que está aí para poder fazer, já há algumas conversas para fazer e esclarecer esse ponto.

Com relação ao pessoal do Terra Legal... Não tem ninguém hoje! O Terra Legal não veio, né? Porque tem pessoal da Gleba Formoso, aquela questão da regularização da Gleba Formoso.

Não vamos nos estender muito. É só para esclarecer com relação à questão do Assentamento Triângulo e quanto a esse recurso que vai contemplar Tangará da Serra de que forma será usado e em que época será usado.

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Quem responde primeiro?  
Adair!

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Eu quero, no ensejo, apresentar o meu companheiro de INCRA, o Dario, servidor do INCRA há uns 30 anos, especialista na questão fundiária. Ele até trouxe uma aula para nos dar só que não conseguiu apresentar os *slides*.

Mas, obrigado pela presença!

Inclusive, é uma das pessoas que ajudou a construir o Terra a Limpo.

Quero aproveitar, Deputado e Eulinda, para fazer um pedido: eu sou da região de Alto Paraguaia, que é uma das regiões mais pobres do Estado, com exceção de Tangará da Serra, que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

tem uma situação melhor, mas temos aqui Porto Estrela, Barra do Bugres, Denise, Santo Afonso, Marilândia, Alto Paraguai, Nortelândia, Arenápolis.

Quero fazer um pedido, Deputado Saturnino Masson e Deputado Wagner Ramos, que esse processo de regularização começasse por essa região usando esse critério de que ainda é o IDH mais baixo do Estado e vai o INCRA a fazer a outra parte do trabalho.

Em relação ao Assentamento Triângulo, o Adilson tem estado conosco algumas vezes, o Eduardo também, e o trabalho de campo está pronto. Do ano passado para cá, o INCRA criou uma legislação nova que permite fazer um termo de convênio com a associação ou sindicato. As associações realizam o trabalho e entregam para o INCRA; o INCRA fiscaliza, valida e registra no Sistema de Gestão Fundiária-SIGEF para poder fazer o processo de titulação.

O trabalho do Triângulo está pronto, está faltando apresentarem um contrato da associação com a empresa. O INCRA passou a exigir isso até para dar uma segurança para os assentados que estão pagando o serviço. Ele me falou que vou levar hoje, não é, Adilson? Eu vou levar esse contrato hoje; e, na semana que vem, conseguiremos finalizar essa parte burocrática. A empresa vai apresentar para o INCRA tudo no CD; o INCRA vai abrir uma senha para o técnico que fez no SIGEF; ele vai lançar lá o perímetro, as parcelas uma por uma; o INCRA vem, fiscaliza e certifica. É esse trabalho. O INCRA está acompanhando, de fato, e o Triângulo já está adiantado nessa fase.

A questão do Assentamento Antônio Conselheiro, que andamos discutindo algumas vezes, dentro dessa proposta do Programa Terra a Limpo, nós poderíamos até fazer uma parceria... O INCRA tem o compromisso de fazer uma vistoria ocupacional no Antônio Conselheiro, que é um compromisso com o sindicato e com as associações. O INCRA está planejando isso. Então, seria o ideal.

Se o Estado conseguir atender no segundo semestre, talvez, Eulinda, iniciar esse trabalho, esperaríamos isso para fazer a vistoria ocupacional.

(PARTICIPANTE INTERROMPE O ORADOR – INAUDÍVEL.)

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Isso é com a Eulinda.

A SR<sup>a</sup> EULINDA DE CAMPOS LOPES – Respondendo a primeira pergunta sobre a questão do geo.

Dentro do Programa Terra a Limpo, estaremos realizando todo procedimento de geo, desde o geo do perímetro externo, assim como o geo do perímetro interno de todos os lotes, de todas as ocupações. Faremos também todas as vistorias para a certificação do geo, para o levantamento ocupacional e todas as fases até a emissão do título.

Então, o programa vai trabalhar desde o primeiro passo, que é a elaboração do geo do perímetro externo, até a emissão do título e averbação em cartório. A última fase será a entrega do título às pessoas que têm essa situação regularizada para recebê-lo.

Quando faremos? Isso vai depender dos órgãos executores. Por exemplo, você perguntou sobre o Antônio Conselheiro. O Assentamento Antônio Conselheiro, nós temos que elaborar o plano de trabalho junto com INCRA. Então, a partir de semana que vem já estaremos começando as agendas, elaborando esses planos de trabalho. Estaremos nos reunindo com o Adair, com o Dario e toda equipe do INCRA para que possamos fazer a elaboração do plano de trabalho e assim definir quais são os assentamentos e quais são as glebas que estaremos começando a execução do geo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

Quanto à situação que o Adair colocou, dessa situação de começar pelo IDAH menor, esse é um critério técnico que nós temos que discutir dentro da elaboração do plano de trabalho.

Então, eu já convoco aqui o INCRA para, na próxima semana, começarmos a elaboração desse plano de trabalho. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Eu gostaria também de ressaltar que esta Audiência Pública é válida para toda a região, é Tangará da Serra e região. Vocês podem ver que há pessoas de vários Municípios aqui, é o nosso entendimento e é o que queremos.

Eu gostaria de salientar, também, que, se alguém for fazer uma pergunta que seja idêntica a essa e já ficou respondida, vamos passar para outra.

Quero chamar agora a Sirlene Maria da Silva, membro da Associação das Empregadas Domésticas de Tangará da Serra.

A SR<sup>a</sup> SIRLENE MARIA DA SILVA – Meu nome é Sirlene Maria da Silva.

Nós tínhamos uma representante que era empregada doméstica, mas hoje fechou, somos moradores da Casa de Alto Boa Vista e vamos fazer 13 anos e não temos nenhuma posição de ninguém para dar resposta dos documentos das nossas casas.

A SR<sup>a</sup> IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – Sirlene?

A SR<sup>a</sup> SIRLENE MARIA DA SILVA – Isso.

A SR<sup>a</sup> IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – Sirlene, nós estivemos lá visitando o loteamento, conversamos com a Dona Maria, que é uma das primeiras moradoras, que no domingo completa 13 anos de ocupação. Então, não é justo aguardar mais nenhum prazo.

De forma pontual, o patrimônio já é do Estado de Mato Grosso. Então, eu não tenho dúvida do chão que é obrigação do Estado. O que ficou pactuado junto à Prefeitura, em parceria com o Prefeito, nós temos que fazer a averbação da construção e eu preciso do Município, por causa do Habite-se da casa para que eu consiga averbar a construção.

Conseguindo averbar a construção, eu consigo destacar um servidor para vir fazer a atualização do cadastro. Eu não posso titular no início do Programa, eu tenho que atualizar o cadastro. Pessoas morreram, mudaram, venderam, não estão mais na casa por diversos motivos. Sem a atualização do cadastro, é temerário soltar título.

Então, eu averbando a construção consigo destacar a vistoria para cadastro. Retornando o cadastro para o INTERMAT, nós damos um prazo de 30 dias para entregar.

Hoje, eu preciso, de forma pontual... O Alto da Boa Vista, as 60 casas que foram doadas, algumas para a Polícia Militar, outras para o Bombeiros, outras para instalação de posto de saúde, eu consigo ter um trabalho mais célere, porque não tenho dúvida do chão. Eu só preciso da, como já foi firmado com a Prefeitura, prioridade nesse Habite-se para que possamos averbar a construção.

A SR<sup>a</sup> SIRLENE MARIA DA SILVA – Então, este ano, com certeza, sai?

A SR<sup>a</sup> IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – Quero muito voltar aqui antes do Natal. Eu torço para que concretize.

A SR<sup>a</sup> SIRLENE MARIA DA SILVA – Porque este ano é ano de eleição e fica mais complicado. Não é?

A SR<sup>a</sup> IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – O Estado não pode parar. O Estado não para porque é um ano de eleição. Eu só não posso fazer festa. Na entrega, o Governador, antes da eleição, não pode vir entregar. Mas o Estado não para. É obrigação do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

O Governador, enquanto Governador, até o dia 07 de julho pode, sim, fazer as entregas, inauguração de obras, porque a legislação eleitoral permite, após, não. Aí eu só consigo depois. Porém, não há óbice, não há impedimento de entregar o título, independente de festa com conotação eleitoral. Eu não posso vir aqui fazer festejo, aquela programação que vimos ao longo do ano fazendo, é o único impedimento para não caracterizar qualquer tipo de campanha política e causar prejuízo.

A SR<sup>a</sup> SIRLENE MARIA DA SILVA – Então, está bom!

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Está respondido? (PALMAS)

Muito obrigado pela pergunta e obrigado a Dr<sup>a</sup> Iza pela resposta.

Com a palavra, o Sr. Sandro Francisco Borges, morador da Gleba Pompéia.

O SR. SANDRO FRANCISCO BORGES – Boa noite a todos que compõem a mesa, a todos os presentes.

A minha pergunta é para o Presidente do INTERMAT a respeito da Pompéia e da Santo André, que é o mesmo processo.

Dia 10 de agosto de 2017, houve uma reunião com o Governador e, naquela época, estavam o Presidente, o Deputado Wagner Ramos, o Deputado Saturnino Masson, o Presidente da Câmara de Tangará da Serra, Dr. Hélio, e ficou acordado o seguinte: ele mandou que se formasse uma equipe para fazer o levantamento da cadeia dominial, créditos, que era um encontro de contas. E no dia 14 foi feito. O INTERMAT estava lá; o Adonias, da Associação Santo André, que é Presidente; o Pedro Caldeira; Vereador; Prefeito de Nova Marilândia, Juvenal; Dr. Air Praeiro, da Defensoria Pública; Augusto Taques, representando a Casa Civil.

Esse processo foi levantado, os créditos, tudo; e queria que o senhor dissesse para nós o que o INTERMAT pode fazer agora?

O SR. ELDER COSTA JACARANDÁ – Boa noite!

O seu nome, por favor!

O SR. SANDRO FRANCISCO BORGES – Sandro.

O SR. ELDER COSTA JACARANDÁ – Sandro, esse processo é um pouco complexo, primeiro porque está no Judiciário. Nós temos uma discussão na área das empresas particulares. O INTERMAT, naquele momento, naquela ocasião, fez o levantamento do chão que falamos. Fizemos o levantamento para saber a matrícula e os títulos originários, que originaram as matrículas. Lá há uma questão da dívida da empresa com o Estado. Isso não depende só do INTERMAT. É uma questão legal fazer esse levantamento.

A última informação que tenho é que foi feita uma tratativa. Passamos ao INTERMAT o que o Estado poderia fazer e que deveria fazer esse encontro de contas, depois, para ver se passava para o Estado o que a empresa deve para o Estado, que é a questão do banco, também, e que pegou em garantia, para ver se no final o Estado, por entender legal, pegue aquele imóvel; e fazamos realmente a atribuição do INTERMAT, que é a regularização.

O SR. SANDRO FRANCISCO BORGES – Só para terminar, o senhor acha que prospera esse processo?

O SR. ELDER COSTA JACARANDÁ – Sandro, é viável, porque lá tem interesse de quem está no local, tem interesse da empresa, tem interesse da Defensoria Pública, que defende os interesses daqueles ocupantes, e tem interesse do Estado, mas isso não é rápido.

Nós estamos aqui e quero enfatizar pontuando coisas para resolvermos. Aqui ninguém vai fazer milagre.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

Eu quero, de público, dizer que o INTERMAT é pequeno na estrutura física, na estrutura de pessoal, mas não temos medo de trabalhar. Nós estamos em uma fase muito boa. Nós o recebemos, eu me lembro, na época do Presidente Cândido Teles, e temos que ter a iniciativa. É claro que temos vários assentamentos. Temos 122 assentamentos. São 45 mil, 65 mil títulos, às vezes, urbanos; temos mais a regularização, mas tem probabilidade, sim. É interesse do Governador resolver aquele problema. Se depender do Estado, nós vamos resolver. (PALMAS)

O SR. ELDER COSTA JACARANDÁ – Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – O próximo é o Sr. Aldo Antônio da Silva, do Assentamento Antônio Conselheiro.

O SR. ALDO ANTÔNIO DA SILVA – Boa noite a todos!

Eu dirijo a palavra ao Adair, que é nosso conhecido de longas datas.

É um prazer vê-lo aqui, hoje. Você é um camarada que conhece o pessoal que vem lá da roça, o cara que trabalha e tem dificuldade para se manter lá na sua propriedade.

O que eu quero dizer é que o Assentamento Antônio Conselheiro vem se arrastando há 20 anos. Nós já tivemos umas 03 reuniões com várias empresas, empresas que fazem geo, licenciamento dos assentamentos e já estamos fazendo um trabalho lá dentro. Já estamos com 15 a 20 dias trabalhando, mas a grande preocupação é que o Assentamento já vai para 20 anos, quase 20 anos e nós fomos procurar a matrícula do Assentamento Antônio Conselheiro e não encontramos a matrícula nem no cartório de Tangará da Serra. Eu não sei onde está!

Eu gostaria que o senhor nos respondesse.

Uma coisa que preocupa muito, também, é que depois que fizer o geo, que tiver tudo regularizado com o geo, licenciamento, com tudo feito, quanto tempo o INCRA vai demorar para entregar o título na mão daquele senhor que é dono da sua propriedade. Esta é uma preocupação, porque tem assentamento que já fez o geo e já está se arrastando para 02 anos, que é a questão da Triângulo. Nós temos essa preocupação, porque estamos atrasados. Está chegando a 20 anos. Essa é uma grande preocupação nossa.

Eu gostaria que o senhor respondesse a respeito disso para nós.

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Em relação ao georreferenciamento, o que nós temos conversado e orientado as associações e sindicatos é que é dever do INCRA fazer o georreferenciamento e a regularização fundiária, no entanto, dentro desse cenário que o INCRA vive, hoje, ele não tem recursos financeiros para executar isso.

O que temos colocado, hoje, é que existe legislação que permite os assentados que quiserem fazer um termo de cooperação com o INCRA pagar e executar esse geo. No Assentamento Antônio Conselheiro, é específico; e aí o processo de titulação não é um processo simples. Precisa ter o georreferenciamento não só do mérito, mas das parcelas. Precisa a matrículas do INCRA. A matrícula das fazendas que era do fazendeiro tem que estar passada para o INCRA e tem alguns casos que vão para a Justiça e demoram mesmo 15, 20, 30 anos. Eu já notei que aqui é a AGU que acompanha isso dentro do INCRA. Eu vou verificar, na segunda-feira, como que está a matrícula do Antônio Conselheiro, até porque pega 03 Municípios.

Em relação ao Antônio Conselheiro, não tem ainda dentro do INCRA, a menos que não temos conhecimento, esse pedido de convênio ou cooperação para fazer o geo. Eu acho que vocês podem avaliar com tranquilidade tendo essa garantia do Estado dentro do Programa Terra a Limpo. Eu acho que podemos começar no Antônio Conselheiro com outros trabalhos como a questão dos desbloqueios das famílias que estão bloqueadas pelo TCU, que o Adilson tem colocado para nós, e avaliar a possibilidade de aguardar esse Programa do Estado, primeiro porque é um

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

trabalho caro. São 970 lotes e vocês vão gastar, no mínimo, 1.000 reais por família, ou seja, quase 01 milhão de reais. Então, é custo alto para vocês avaliarem com tranquilidade no sentido de nós tocarmos, hoje, outros trabalhos e aguardar esse programa do Estado, que é recurso público a fundo perdido da Amazônia que vem fazer isso.

O Triângulo que já está com trabalho pronto não compensa esperar. É preciso finalizar o que conversamos sobre o Triângulo. Realmente, o INCRA tem essa dificuldade mesmo. Nós combinamos, quanto ao Triângulo, que era para finalizar o geo. Ele está pronto, pode emitir título. Vamos fazer a vistoria para titular, porque são cento e poucas famílias. Então, não dá muito trabalho.

Eu até proponho voltar outro dia ao Antônio Conselheiro, era para ter vindo, para discutirmos de forma bem tranquila e transparente o que é melhor para o Antônio Conselheiro nesse cenário de hoje. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Em seguida, chamaremos Luziano Francisco Ferreira, da Gleba Aurora.

O SR. LUZIANO FRANCISCO FERREIRA – Eu quero reforçar, o Adilson já falou também, a Gleba Aurora, seguindo a informação do Dr. André, não fecha o perímetro, porque tem área do Estado. Está havendo um conflito entre a Gleba Formoso e o Estado.

Eu gostaria saber se vocês já têm esse conhecimento ou não e a quem nos dirigimos para a titulação, se é ao Terra Legal ou ao INCRA?

A SR<sup>a</sup> IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – Como é o nome do senhor?

O SR. LUZIANO FRANCISCO FERREIRA – Luziano.

A SR<sup>a</sup> IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – Luziano, a Gleba Aurora foi um dos apontamentos em visita ao cartório, o cartorário, de forma muito especial, pediu para que o INTERMAT se manifestasse.

A partir de segunda-feira, será dado início aos trabalhos. Primeiro, descobrir se ali ainda há terra devoluta; segundo, se é terra devoluta, fazer a arrecadação e daí começar a titulação, porque há uma informação de que houve deslocamentos, vamos chamar assim, de títulos que estão em outro lugar para cobrir a ocupação de vocês.

Nós entendemos que não é problema daquele que está ali produzindo de forma muito honesta, é problema do particular que, em um dado momento, entendeu que deveria transferir a matrícula para aquele lugar e cobrir a ocupação vendendo.

Há um compromisso, de forma expressa, do INTERMAT com o cartorário do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará da Serra de proceder o levantamento, se é terra do Estado patrimoniada ou devoluta. Caso encontre título, aí o caminhar dessa regularização já é judicial ou a compra/aquisição de quem detém o título.

É meta do INTERMAT, a partir da semana que vem, dar uma resposta. Até teve um processo de forma específica, como norte, de um senhor que tem esse processo no INTERMAT.

Então, o senhor pode, a partir da semana que vem, entrar em contato, que é compromisso do INTERMAT firmado hoje no Cartório do 1º Ofício.

O SR. LUZIANO FRANCISCO FERREIRA – Eu me dirijo ao Terra Legal ou ao INTERMAT?

A SR<sup>a</sup> IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – Ao INTERMAT. Aí o INTERMAT funciona das 13h às 19h, atendimento ao público das 13h às 17h, mas foi pactuado com o cartorário que essas informações serão repassadas de forma breve por meio de *e-mail*, então o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

senhor terá a informação a partir da semana que vem aqui no cartório mesmo, não precisando ir à Cuiabá gastar.

Então, peço ao senhor que aguarde semana que vem, que daremos uma posição de forma oficial e correta. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Vamos chamar Jonas Vinícius, do Acampamento 1º de Maio.

O SR. JONAS VINÍCIUS LIMA – Boa noite a todos! Cumprimento a mesa, me chamo Jonas Vinícius Lima, Coordenador Nacional do FNL. Minha pergunta é para o Sr. Adair, do INCRA, para o INTERMAT, para os Deputados e para a Casa Civil.

Porque, Adair, o INCRA não tem dinheiro para comprar terra, muitas pessoas assentadas há 19 anos e sem pegar um financiamento. Eu tomo conta de 03 acampamentos, começa por aí. E também, Vereador, da dificuldade do CadÚnico das famílias, porque, se você não fizer o CadÚnico, você não consegue pegar terra.

O recurso do INCRA, Odair, e a terra da União e do INTERMAT... Eu gostaria de saber da Gleba Pompéia em Santo André, se é propriedade particular, a Prefeitura tem o papel de que ela foi repassada para a previdência social do INSS, se é da União ou se é do Estado, está aqui o papel, eu gostaria que o INTERMAT explicasse isso para nós?

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Em relação à pauta de obtenção do INCRA, que é a compra de novas áreas, realmente, no início do ano, no ano passado, no fechamento do ano, houve um erro técnico no Ministério do Planejamento e Gestão; e, virou o ano, o INCRA não tinha um centavo na área de vistoria para obtenção de novas áreas.

E aí o Deputado está com razão, ele esteve no INCRA, mas graças a Deus já foi corrigido, Ministério do Planejamento... Houve na Casa Civil a portaria, abriu prazo para o INCRA corrigir, o INCRA já corrigiu isso, inclusive estamos com equipe em Nortelândia fazendo vistoria para aquisição de novas áreas, inclusive no sábado, o Deputado esteve no INCRA; estará aqui, em Tangará da Serra, o Superintendente nosso, João Bosco, e o Clóvis, que é Diretor Nacional de Obtenção, justamente para tratar essa pauta com vocês e mais alguma ação de obtenção que tiver aqui.

Obviamente que o recurso do INCRA regrediu muito, mas algumas ações prioritárias... E aí nós temos a satisfação de o Diretor Nacional do INCRA ser de Mato Grosso, que é o nosso amigo Clóvis, que estará aqui em Tangará da Serra, Deputado Saturnino Masson, ontem à tarde definimos isso, o Deputado Wagner Ramos estava lá. Mas vocês poderão, no sábado, de manhã... O João Bosco estará junto, eu não poderei estar, porque eu estarei em outra ação.

Inclusive, na semana retrasada, nós encaminhamos para Brasília uma fazenda aqui de Nova Olímpia, no valor de 16 milhões de reais, já com tudo pronto para fazer o decreto e pagar. Então, regrediu muito, mas algumas ações excepcionais dão sim para fazer, e o INCRA tem esse compromisso, com quem está no acampamento e com quem precisa da terra, de continuar na sua missão de distribuir terra.

O SR. JONAS VINÍCIUS LIMA – Está certo, Adair.

Eu estava no INCRA no dia 06 de fevereiro e foi liberado recurso para vistoria georreferenciada dentro do INCRA. A outra pergunta é por que a Fazenda Pompéia e a Santo André estão bloqueadas em Brasília? Por ser do INTERMAT?

O SR. ELDER COSTA JACARANDÁ – Esse caso específico é uma questão que já foi titulada pelo Estado, mas há uma questão judicial. Então, a área está toda nessa tratativa para poder ver se passa a oportunidade para o Estado regularizar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

Agora, no caso específico da Santo André, nós temos a mesma resposta do Sandro, se não me falha a memória, é no mesmo caminho. Tem que fazer levantamento, há as questões legais para poder ver se faz essa regularização.

O SR. JONAS VINÍCIUS LIMA – Está constando aqui que foi passada para o Ministério da Previdência Social, INSS, a fazenda...

O SR. ELDER COSTA JACARANDÁ – Aí tem que ver se passou para o Ministério, aí seria área do INCRA, da União.

O SR. JONAS VINÍCIUS LIMA – Porque você falou que estava no INTERMAT, e nós queremos saber...

O SR. ELDER COSTA JACARANDÁ – É porque lá é um conjunto por causa da situação das dívidas da fazenda, da ocupação, é um conjunto. Nós temos que sentar... E é isso que buscamos nesta Audiência Pública: resolver e aclarar isso ao senhor.

O SR. JONAS VINÍCIUS LIMA – Eu estou com ele nas mãos, porque se der... Deputado Wagner Ramos e Deputado Saturnino Masson estão convidados para o encontro da FNL de sábado, essa pergunta fica em aberto.

Vereador, nós estamos com dificuldade de fazer o CadÚnico das famílias que estão acampadas no Bezerro Vermelho. Hoje, em Mato Grosso, é muito difícil fazer acampamento em beira de rodovia, é muita humilhação, é perigoso carro com crianças e não tem transporte coletivo para as famílias irem para a escola, então nós preferimos alugar uma chácara, e eu tomo conta da Barra do Bugres, aqui em Tangará, do Médio Norte para cá.

E a dificuldade é o CadÚnico, você cadastrar no INCRA, essa dificuldade está aqui dentro de Tangará da Serra, já falei com a Secretária, ela está programando, só que chega o final do ano e não fez nem 05. Então, eu queria que o senhor visse isso para nós, vou ficar esta semana aqui e vamos ter uma conversa com a Secretária para fazer pelo menos 02 ou 03 por dia para nós.

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Pode contar conosco que vamos cobrar isso, e vamos ajudar a resolver da melhor forma possível.

O SR. JONAS VINÍCIUS LIMA – Obrigado.

O SR. WAGNER RAMOS – Só para aproveitar, veja com o Secretário de Planejamento, que está aqui, se ele já pode falar isso ou não, se o Prefeito pode conceder isso. Secretário, a pergunta dele é se eles podem abrir esse cadastro no CRAS para que eles possam fazer o cadastro.

Então, essa que é a pergunta dele, se a Prefeitura pode fazer isso.

O SR. HÉLIO CLEMENTINO DOS SANTOS – O senhor falou com quem na Prefeitura?

O SR. JONAS VINÍCIUS LIMA – Sônia.

O SR. WAGNER RAMOS – De que setor que é Sônia?

O SR. JONAS VINÍCIUS LIMA – Setor do Cadastro Único, lá do Bolsa Família. Eu falei com ela e depois falei com Vanessa, ou Verônica, lá no CRAS do Rio Preto, e está muito difícil para nós.

O SR. HÉLIO CLEMENTINO DOS SANTOS – O Cadastro Único é de competência da Secretaria de Assistência Social, o Agnaldo Garrido é o Secretário.

Eu vou anotar aqui, depois, se o senhor quiser me passar o seu contato no final da Audiência, eu passo para o Secretário entrar em contato com o senhor para verificar a sistemática de atendimento de vocês.

No final da Audiência, o senhor me procure, por gentileza.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

O SR. JONAS VINÍCIUS LIMA – Eu vou procurar, sim. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Próximo, com a palavra,  
Júnior Antônio Marciano, da Associação Vale do Sepotuba.

O SR. JÚNIOR ANTÔNIO MARCIANO – Boa noite a todos!

Pessoal, eu sou da Associação Vale do Sepotuba, junto com o FNL dos produtores rurais da Pompéia e Santo André.

Quero saber o resultado, porque o pessoal está sofrendo há 19 anos e agora tem que desenrolar. O INCRA deu a terra como improdutiva, arquivou o processo lá em Brasília.

A FETAGRI começou a legalizar e parou. Agora, sim, o INTERMAT está à disposição para legalizar a área. Só que uma coisa eu quero falar para o Sandro, a cadeia dominial foi puxada da área, eu puxei tudinho. Por que a área é da União e a área só tem fazendeiro em cima, vai continuar isso?

A área é da União, está aqui! O companheiro Jonas provou, puxou lá em Brasília, e agora vocês falam que a área é particular? Será que está fazendo vista grossa? Faz parte de um órgão público e não sabe que a área é do INSS? Acho que o órgão do Governo está fazendo vista... Está aqui, é uma área da União, não é particular, não é da Itamaraty, a Itamaraty passou para o INSS.

Está aqui, a área é da União e só tem empresário dentro de Tangará da Serra que está em cima da área, e tem algum presidente da associação que está apoiando fazendeiro. Houve o despejo lá, e o Nilton, da FETAGRI, não fez nem questão de ir lá visitar o povo, nem fez questão. Tirou a área e a devolveu para o fazendeiro.

Eu vou fazer de tudo para ficar sitiante em cima da área; jamais fazendeiro em cima de uma terra, porque a terra é da União. Está aqui a prova.

Nós vamos deixar uma cópia com vocês para vocês tomarem procedimento. Vocês não falaram nada de acampamento, e eu estou com acampamento lá dentro da Pompéia. Está aqui a prova, a área é da União.

Eu quero fazer esta pergunta ao Deputado Wagner Ramos, ao Superintendente do INCRA e ao INTERMAT: vocês irão legalizar essa área do jeito que está lá, com muitos fazendeiros dentro dessa área?

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – E m relação às áreas da União, inclusive, nós temos uma posição bem clara no INCRA, onde tiver área da União, o INCRA quer para fazer reforma agrária. Só neste ano, nós manifestamos em torno de 12 glebas no Estado, mas o que nós tiramos com o FNL? Inclusive foi até um combinado nosso com a Coordenação Nacional do FNL, e no sábado, trataremos especificamente dessa questão de vocês.

Mas, eu já passei uma mensagem para o nosso Diretor de Obtenção lá para no sábado trazermos uma resposta concreta para vocês sobre essas duas áreas. No sábado, estarão o Diretor de Obtenção, que é o Xiru, o Diretor Nacional e o Bosco, justamente para tratar da obtenção. Inclusive, a ideia era reunir as duas agendas, mas como o Clóvis poderia vir só sábado, ficou assim, mas eu já passei para frente.

O que nós podemos dizer é o seguinte: se for área da União, onde tiver, o INCRA tem interesse de assentar trabalhadores e trabalhadoras, e pequenos. É essa a obrigação do INCRA, e é essa a posição nossa.

O SR. JÚNIOR ANTÔNIO MARCIANO – É uma área que já foi desapropriada. Por que tem fazendeiro em cima dessa área?

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Não tem problema nenhum, se for área da União e tiver grande... O INCRA tem manifestado isso ao SERFAL e vários casos têm entrado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

com ação na Justiça para poder tirar os fazendeiros que tiver, que não for cliente. A lei é muito clara, onde a área é da União, a prioridade é para a reforma agrária, essa é a posição do INCRA, e nós não temos problema nenhum de dizer isso publicamente.

Então, o que podemos comprometer com vocês? Vamos levantar isso com clareza e sábado traremos qual a situação específica; e, se ela for da União, não tenha dúvida nenhuma de que o INCRA tem o compromisso de trabalhar nela para assentar trabalhadores e trabalhadoras, que são clientes da reforma agrária. Quem é o cliente? O público do CadÚnico, o CRAS que faz o CadÚnico, e que não seja servidor público, que não seja fazendeiro, que não seja empresário, é esse o público do INCRA.

Então, quanto a isso vocês tenham a tranquilidade que a posição do INCRA é essa.

O SR. WAGNER RAMOS – Júnior, só para eu saber, esse documento que você recebeu informando que a terra é da União, de onde veio?

O SR. JÚNIOR ANTÔNIO MARCIANO – Esse documento veio de Brasília, nós puxamos a cadeia dominial, esse documento está na matrícula da fazenda.

O SR. WAGNER RAMOS – E você tem como ceder uma cópia para nós?

O SR. JÚNIOR ANTÔNIO MARCIANO – Sim, tem como, nós cedemos a cópia, arrumamos.

O SR. WAGNER RAMOS – Obrigado!

O SR. JÚNIOR ANTÔNIO MARCIANO – Obrigado!

O SR. SATURNINO MASSON – Próximo, com a palavra Edis Cândido Miranda, morador de Barra do Bugres.

O SR. EDIS CÂNDIDO MIRANDA – Boa noite a todos!

Em nome do Deputado Saturnino Masson, cumprimento a mesa.

Quero somente fazer uma pergunta para o companheiro do INCRA, estamos há 20 anos ali no Antônio Conselheiro e são 20 anos... Eu coloco por cada companheiro, porque nós estamos esquecidos, primeiro, a situação da estrada, todo mundo sabe a situação, lá está ilhado.

Segundo, um companheiro chegou lá olhando a área, e viemos a descobrir que nosso assentamento nem matrícula tem, e são 20 anos de história, eu fico admirado com essa questão. Tantas pessoas, representantes do povo aqui em Tangará da Serra, Barra do Bugres, e nós com 20 anos na Gleba e agora que chegou um companheiro novo lá, que está lá na Gleba fazendo alguns pelicos e descobriu. Ele foi ao cartório procurar onde que está a matrícula do Antônio Conselheiro e não existe.

Agora quero colocar para o companheiro aqui: estamos com 20 anos lá, nessa situação. Se formos esperar, se o parceleiro, se o companheiro não se juntar, não se agrupar, para enfiar a mão no bolso e pagar o técnico para fazer aquilo que precisa fazer como eu que fui assentado desde o começo. Tenho 20 anos de assentado e a maioria está lá desde o começo. Se não colocarmos a mão no bolso, vendermos algum objeto que tiver, não pagarmos um companheiro particular para fazer o geo... Deixo muito claro aqui que, segundo o INCRA, não tem dinheiro. Hoje, todo mundo sabe que tem um recurso disponível para isso, mas o recurso disponível, que é a parte burocrática do projeto... Esse projeto, olha, se sair daqui a 02, 03, 04 anos; então os nossos companheiros vão ficar lá da forma que estão.

Tenho certeza que vocês, cada companheiro...

Quero deixar claro, porque, hoje, as coisas são burocráticas. Para tudo tem as emendas, tem as questões para se chegar. Temos muitos assentamentos em Tangará da Serra! Nós somos 900 e poucas famílias.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

Então, eu deixo muito claro aos companheiros da necessidade de se fazer uma avaliação muito boa. Como disse o companheiro do INCRA, faz a avaliação, porque o INCRA não tem nenhum recurso disponível, no momento, para fazer nada no Antônio Conselheiro e em nenhum assentamento, mas quando tiver condições de fazer como fez a Gleba Triângulo... A Gleba Triângulo juntou com outros companheiros e fez, arrumou uma firma e fez. Hoje, eles terão o direito de pegar os seus títulos. Se não fizermos isso no Antônio Conselheiro, ainda, vamos esperar mais 10 a 15 anos. Nós que estamos com idade avançada, temos mais de 50 anos, olha lá que não vamos pegar o título daquela terra do Antônio Conselheiro pela quantia de companheiros que tem lá, hoje.

São estas as minhas palavras.

Eu quero que o companheiro do INCRA coloque por que isso? (PALMAS)

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Primeiro, dizer que o companheiro tem razão: é essa dureza mesmo. Eu abri minha fala dizendo isso. E quando é para atender o pequeno, o assentado, parece que fica mais difícil, ainda. É esse o desafio de quem está nessa lida, que vai de teimoso.

A questão da matrícula é uma burocracia mesmo, mas não é do INCRA. É do Poder Judiciário. Porque a desapropriação é um ato de decisão do INCRA. O INCRA compra, desapropria uma área, vai lá e avalia: Antônio Conselheiro vale 10 milhões. Praticamente, em 100% dos casos, o dono não concorda com o preço aí pega 80%, pede perícia e vai brigando com o INCRA. E o INCRA só paga quando se esgotam todos os recursos.

Enquanto não termina todo esse processo, a matrícula não é transferida para o nome do INCRA. Então, é uma agonia! Nós temos discutido isso: uma vez que decidiu que vai desapropriar não há necessidade de esperar até se esgotarem todos os recursos, mas essa é uma questão que depende de mudança da legislação para isso.

O senhor tem razão em relação a essa problemática!

Quanto à questão das estradas, nós temos recebido algumas demandas. Inclusive, ontem, eu conversei com um engenheiro de Barra do Bugres, o Gilmar. No ano passado, tivemos convênio com PA Cabaças e este ano sem compromisso estamos com a missão de nos sentar com o Município de Barra do Bugres, que parece que é o trecho que está pior para juntos buscarmos uma alternativa.

E aí, Deputados, nos ajudem! O trecho de Barra do Bugres está muito ruim?

O SR. EDIS CÂNDIDO MIRANDA – Eu quero colocar que lá ficou 30 dias sem aula, por causa da estrada em Barra do Bugres em nosso Assentamento. Até este momento um assentamento de 20 anos de resistência, onde foram vários projetos do INCRA, está há 30 dias sem aula. Todo mundo sabe disso! Toda criança que perdeu 30 dias de aula sabe. Não existe mais aula para essas crianças, porque o ano letivo nós sabemos que é de 200 e poucos dias. Não tem os 200 e poucos dias! Já venceu! Acabou!

É por isso que coloco para companheiro, para todos os companheiros fazerem uma avaliação na questão do geo. É muito claro para cada companheiro que está no Assentamento Antônio Conselheiro que ou nós enfiamos a mão no bolso e fazemos ou vamos ficar lá mais um bocado de tempo.

Era isso que eu queria colocar.

A SR<sup>a</sup> EULINDA DE CAMPOS LOPES – Qual é o nome do senhor?

O SR. EDIS CÂNDIDO MIRANDA – Edis Miranda.

A SR<sup>a</sup> EULINDA DE CAMPOS LOPES – Sr. Edis, a questão do geo, nós, do Governo do Estado, o Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional, esteve por 02 anos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

buscando recursos justamente para atender não só a questão do geo, mas todo o procedimento de regularização fundiária dos assentamentos. E não importa se um assentamento é de responsabilidade do INTERMAT ou se é um assentamento de responsabilidade do INCRA. O Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional já conseguiu o recurso.

Então, eu gostaria de pedir para o senhor um voto de confiança, um pouco mais de paciência, porque nós vamos fazer o geo. E não só o geo, mas todos os outros procedimentos. É um recurso de difícil acesso, porque é um recurso a fundo perdido.

O processo de captação de recursos foi bastante difícil. Agora, como eu disse antes, estamos assinando o contrato com o BNDES e devemos começar já, na semana que vem, a elaboração do plano de trabalho. O que é o plano de trabalho? É sentar com o INCRA e ver com ele como é que nós vamos começar a trabalhar.

Então, eu entendo toda essa angústia de vocês. Essa angústia não é só das pessoas do Assentamento Antônio Conselheiro. Ela é de tantos assentamentos dentro do Estado de Mato Grosso que estão na mesma situação. Nós estamos trabalhando para atendê-los. Esse programa tem esse objetivo de atender a população do Estado de Mato Grosso. Estamos trabalhando para isso.

Então, eu peço ao senhor um voto de confiança.

O SR. EDIS CÂNDIDO MIRANDA – Esse voto de confiança já tem muito tempo. A gente vem procurando, procurando. Como liderança do Assentamento temos chegado ao assentamento e colocado que temos ido a reuniões no INCRA, em vários órgãos. Chegamos lá e passamos para o povo. Aí não acontece e ficamos lá dentro do assentamento. Isso aí é mais uma...

Então, o povo nosso está tão desacreditado pelo tanto que já foi passado e, hoje, não acreditam mais. Só acreditam no que veem. Então, chegar lá e falar que vai acontecer isso, eu vou falar, é muito difícil. Poucos vão acreditar, mais uma vez. E ainda mais – a senhora me desculpe de falar – que este ano é um ano político, como a companheira falou. É um ano político e o pessoal já está com a cabeça cheia. Eles colocam isso! Então, ficamos rebaixados na comunidade quando chegamos lá e colocamos essa situação que vai acontecer.

Aqui teve uma Audiência Pública há 02, 03 anos, que falava da agricultura familiar. Fizemos uma reunião tão bonita, mas, infelizmente, até o projeto da CONAB nós perdemos de lá para cá. Até o projeto da CONAB que tinha no Antônio Conselheiro, que fazíamos todo ano o encontro, foi extinto.

Então, com isso ficamos muito ansiosos por ser um líder de uma comunidade, responsável pelas pessoas, pelos companheiros, porque vimos, participamos, mas na prática, infelizmente, não chega lá no final, porque nós somos a ponta. O trabalhador rural é a ponta do negócio e de lá que sai a agricultura familiar, sai todo alimento da mesa de todo mundo. Mas, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Sr. Edis, eu gostaria de interceder um pouquinho.

O senhor percebeu que no começo eu falei que nós gostaríamos de ter feito isso lá atrás, mas como os órgãos competentes, Justiça, INCRA, INTERMAT, Terra Legal, não tinham esse entendimento, agora tem e o Governo do Estado trabalhou esse tempo buscando recursos. Agora está com recurso próprio, já alocado para essa finalidade.

Então, como a Doutora disse, pediu mais um voto de confiança do senhor, nós também como Parlamentar, como Deputados, tanto eu como o Deputado Wagner Ramos, toda Assembleia Legislativa, temos essa preocupação, mas acreditamos que agora com recursos as coisas vão acontecer.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

A SRª IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – Adair, o Antônio Conselheiro está em processo de desapropriação?

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Tem mais de 20 anos que estão assentados.

A SRª IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – Então, ele tem matrícula?

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Tem.

A SRª IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – Então, a matrícula existe.

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Às vezes, é a AGU que acompanha isso. O INCRA desapropria, averba a ação judicial de desapropriação, mas enquanto não zera todas as discussões judiciais, a matrícula não fica livre 100%. Mas existe a matrícula. É um assentamento consolidado há 20 anos.

A SRª IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – Então, para o Sr. Edis ficar um pouco mais tranquilo, como o Adair explicou, existe, sim, a matrícula do imóvel, às vezes, não conhecido com o nome que vocês colocaram no assentamento. Então, existe. Para o senhor ficar mais calmo, a matrícula existe.

O SR. ALDO ATANÁSIO DA SILVA – O meu nome é Aldo. Eu sou Presidente da Associação do Assentamento Antônio Conselheiro.

Nós conhecemos totalmente a história do Assentamento desde o começo de desapropriação quando fomos acampados. O que nos deixa indignados é que o assentamento tem 20 anos, queremos fazer o projeto do geo do Assentamento para obter o título, que é o programa do Governo, e temos conversado muito a respeito disso.

Hoje, o assentado é a pessoa que está mais lá precisando de uma assistência; precisa vender a sua produção; precisa fazer um projeto e hoje é muito difícil, porque o assentado não tem a documentação da sua propriedade.

Por isso, estamos lutando encarecidamente para que façamos esse trabalho dentro do assentamento a respeito do geo para que possamos pegar o título da nossa terra que já tem 20 anos. Mas o Assentamento, sequer, tem a matrícula. Já procuramos no cartório, já fomos...

A SRª IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – Deixa-me acalmar o senhor.

Conversando com o representante do Cartório do 1º Ofício, ele está nos afirmando e confirmando que o assentamento é composto por 04 matrículas. Então, o assentamento tem matrícula. Eu não sei qual é a pendência judicial, porque está na AGU. Tem alguns trâmites legais que, se não for superado, não pode...

Então, para que o senhor não se sinta enganado e nem iludido, a Eulinda pediu mais um voto de confiança. Primeiro esclarecimento: temos 04 matrículas no assentamento. Ponto superado. Só que temos que ter essas matrículas livres para fazer o remembramento, o desmembramento, o que for necessário, só que o INCRA só age depois que adentra ao patrimônio da União. Ele está momentaneamente impedido de agir.

O primeiro ponto de dúvida de vocês é: tem matrícula? Tem. Que momento vai existir uma ação efetiva no Antônio Conselheiro? A partir do momento que entrar ou no patrimônio do INCRA ou no patrimônio do Estado, como for decidido, aí se utiliza o dinheiro que está disponível e destinado para fazer georreferenciamento.

Nós temos uma demanda, um imbróglio jurídico que não permite que faça o geo e que apresente, porque para fazer georreferenciamento tem que estar a matrícula no nome da União. Sem isso, não tem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

O primeiro passo é resolver essa pendência, Adair, judicial que ainda tem nessas matrículas.

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Estávamos conversando com um técnico nosso e parece que as matrículas estão no cartório de Barra do Bugres. Como são “n” processos, estamos assumindo compromisso de cobrar isso para ter agilidade, pedir para a AGU, ao Dr. Zé Bruno, que acompanha esses casos, para cobrar o Antônio Conselheiro. Nós estamos assumindo esse compromisso.

O INCRA só compra se tem a matrícula, e o Antônio Conselheiro o INCRA desapropriou. O que precisa é estar livre de qualquer embaraço jurídico, de qualquer ônus. É isso que precisa. Mas se não tivesse matrícula, o INCRA nem tinha desapropriado a área e não seria assentamento.

Então, existe a matrícula, mas não impede o geo. O geo pode ser feito. Na verdade, pode até titular. Vocês vão precisar da matrícula livre e desembaraçada na hora de registrar lá no cartório, transferir para vocês o título. Na hora de registrar, precisa a matrícula estar livre e desembaraçada de qualquer discussão judicial. Mas estamos assumindo o compromisso aqui de, junto a AGU, cobrar agilidade, cobrar o Judiciário para poder desembaraçar as matrículas do Antônio Conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Próximo, Gilberto Camargo, do Assentamento Bezerro Vermelho.

O SR. GILBERTO ALVES CAMARGO – Quero agradecer ao pessoal que compõem a mesa desta Audiência Pública, mais uma Audiência Pública para que possa estar resolvendo os problemas que atingem o pessoal de uma maneira quase que geral. É uma Audiência Pública que vai tratar de regularização fundiária tanto no perímetro urbano, como também na área rural, pois vemos que existe bastante impasse de diversos tipos, diferentes um dos outros.

Nós vimos outros companheiros relatando aqui uma questão de ocupação de áreas. De repente, estão ocupando e estão aguardando a questão de regularização para passar a ser posse definitiva das pessoas com documentação.

No nosso caso ali do Bezerro Vermelho, vejam bem, é um assentamento feito pelo crédito fundiário do Governo Federal. O Governo Federal comprou aquela área de terra, verificou tudo que tinha que ser verificado, a documentação que precisava, certidões, tudo quanto é coisa que precisava, com acompanhamento feito pelos órgãos do Estado, na época, a SEDRAF, hoje SEAF, a unidade técnica estadual, juntamente com pessoas do Município representando e tudo que ocupava, INCRA, verificamos tudo isso de maneira correta. Só mediante a verificação de todas as certidões que puxou é que o Governo pode autorizar, via Banco do Brasil, a ser paga aquela terra e feita a documentação de repasse dessa terra para nós com escritura, feito pelo nosso Cartório do 1º Ofício de Tangará da Serra.

Então, parecia que estava tudo legal, tudo beleza, a questão do geo e de tudo que foi feito, porque é tudo feito de maneira correta em cima daquela área. Depois que estávamos lá dentro, em cima dessa área, pensando que era só trabalhar, pelear para ver se conseguia produzir, com muita dificuldade, porque foi proposto que lá teria que ter água para beber, mas, ainda, tem dificuldade de água para beber naquele assentamento. O projeto parado na SECID é de conhecimento da Casa Civil, do Governo do Estado e que não sai para dar garantia que a pessoa possa morar em cima daquela área e ter água para beber.

Tem pedido nosso por meio da Secretaria do Governo Federal. Foi protocolado pela última vez um pedido no Ministério da Integração Nacional, em Brasília, para irrigação. Na

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

pequena propriedade de 04 hectares que a pessoa ocupa, se não tiver água para produzir alimento ali dentro, o pequeno produtor desiste. É o que já aconteceu muito lá no Bezerro Vermelho, porque encontra dificuldade para poder produzir.

Eu estou me alongando um pouquinho mais, mas o caso é grave, porque apareceu uma ação na Justiça em cima daquela área que veio do Fórum de São Paulo, impedindo que fossem validadas aquelas escrituras em cima da matrícula da terra por motivo... Até o Deputado Wagner Ramos esteve conosco em Brasília e entramos com recurso por meio da AGU, que parou aquele processo ali. Nós perdemos em 1ª Instância, perdemos em 2ª Instância com a proposta da AGU. Agora está lá no STJ, em Brasília, com Parecer do Ministro Edson Fachin favorável a nós, mas está parado, porque eles estão cuidando de outras coisas e isso está parado. Eu não sei até onde isso é benéfico para nós.

No Fórum de Tangará da Serra, na 4ª Vara Civil, está a nossa pasta de regularização fundiária fechada, porque foi iniciado antes, nas primeiras regularizações do Município. A nossa pasta está lá para ser regularizada essa situação e por causa desse processo na Justiça fechou, ficou travado. Eu quero ver se com esse esforço concentrado entre todos os órgãos para resolver essa questão, se pode passar para nós alguma posição do que pode ser feito nesse sentido.

Eu não sei de quem é a responsabilidade para responder quanto a essa situação para nós.

É só isso que eu quero saber.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. WAGNER RAMOS – Gilberto essa situação do Bezerro Vermelho, esse processo, ainda, se encontra em Brasília e está parado com o Presidente do INTERMAT. Em Tangará da Serra o que seria interessante e quem estava bastante atuante... Qual é o nome do doutor, Gilberto, da Secretaria de Agricultura, na época? A UDR Estadual! Exatamente! Esqueci o nome do advogado que estava dentro quando a Secretaria estava... Porque isso aqui é crédito fundiário. Então, temos vários problemas de créditos fundiários aqui, na região. Não é só o Bezerro Vermelho, não. Temos vários problemas! Nossa Senhora Aparecida, precisa pagar ainda Nossa Senhora Aparecida. Quantos? Treze famílias, ainda, precisam! Então, acho que poderíamos fazer o seguinte com relação a isso: reunir esse pessoal do crédito fundiário Bezerro Vermelho.

Lembra os nomes, pessoal?

Nossa Senhora Aparecida, Vale do Sol, aquele de Nova Olímpia, ali embaixo da serra...? São José, Vale do Sol I e II.

Então, vamos fazer reunião com o Secretário, porque... O que tem que se fazer nesse caso? Temos que pegar esses dados, as informações. O problema do Bezerro Vermelho é um, mas os outros é a falta de estrutura e falta de pagamento de alguns outros, ainda, por exemplo, o caso de Nossa Senhora Aparecida, de São José, que até hoje o pessoal não está dentro da área.

Então, nesse caso acho que poderíamos marcar uma reunião desse pessoal do crédito fundiário e irmos lá com vocês para definirmos isso.

Cadê a Doutora...? Com a SEAF junto, fazer uma reunião com SEAF, INTERMAT, para vermos o que podemos fazer com relação isso para terminar, porque lá tem alguém do Estado, infelizmente essa é a realidade, tem que alguém do Estado verificar, puxar o processo em Brasília para saber como é que ele está, porque o que acontece, veio uma ordem no passado de tirar, povo, tudo de novo, porque tinha uma ação judicial na matrícula do Bezerro

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

Vermelho, e pedindo a reintegração. Então, isso enrolou tudo lá. Eu acho que poderíamos marcar novamente uma nova reunião lá: SEAF, INTERMAT e tudo para ver.

Hoje, quem mexe com crédito fundiário lá é o SEAF? Para voltarmos a discutir isso para resolver esse problema. Inclusive para fazer o pagamento de algumas famílias que estão lá sem serem indenizadas e estão lá sem receber isso aí.

Pode ser, Gilberto? O que vocês acham? Pode ser? Então, está bom. Eu e o Deputado Saturnino Masson...

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Eu gostaria que as perguntas fossem mais rápidas.

O SR. GILBERTO ALVES CAMARGO – Só uma conclusão bem rápida aqui, hoje está passando pelo processo de proposta do Governo Federal a quitação da área, e muitas pessoas estão conseguindo quitar até com um desconto bom e tudo mais. Mas nós vamos quitar e realmente seremos os donos?

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Nós já estamos escriturando lá, Gilberto, aqueles que estão quitando, estão recebendo a escritura definitiva.

Com a palavra, o Sr. Aldo Teixeira de Matos, do Assentamento Antônio Conselheiro também.

O SR. ALDO TEIXEIRA DE MATOS – Boa noite a todos da mesa e à companheirada da região.

É motivo de muita satisfação estar aqui. Outro dia, nós tivemos uma reunião lá no Assentamento, participou o nosso Presidente da Câmara, Hélio da Nazaré, o Professor Wagner, estiveram conosco 05 Vereadores nos auxiliando em uma reunião, levando o otimismo.

Nós temos um problema lá, Adair, água. Todos aqui já estão enjoados de saber, já tem 20 anos.

Eu vou falar especificamente da nossa comunidade, dos 40 lotes da Serra dos Palmares, uma parte tem um poço de 194 metros, 1.200 litros/hora, que malemá atende uma família. Nós racionamos aquela água para ser dividida entre 17. Deu qualquer oscilação de energia, fica às vezes 02 dias sem água, queima a bomba, porque ela dá muitas partidas e é muito profunda, é um custo altíssimo para manter aquela água para beber. E tem aí uma recomendação, eu não sei se é do Ministério Público, que só se faz perfuração de poço se tiver um estudo geológico que garanta que tenha água. Como nós sabemos que ali é uma região de rocha, sabemos que ali só se achar um lençol debaixo da rocha, porque a rocha é bem próxima da terra, a camada de terra é fina.

Nós precisamos de um apoio para levar água para os demais, que são 40 famílias. Alguns são agraciados que tem poço, mas tem gente lá que nesses próximos 90 dias vai puxar água de carriola, tem gente com motor a gasolina em beirada de poça d'água, outro dia houve uma ação mundial, congresso mundial sobre água. Às vezes, ficamos preocupados com situações muito longe, sendo que o parceiro aqui do lado, encostado na cidade, não tem água nem para beber. Nós temos ali, graças a Deus, foi feito um barramento, tem uma água de ótima qualidade, muita gente já utiliza daquela água indo buscar, nós precisamos somente do bombeamento daquela água.

Outro ponto, quero saber, Adair, que custo vai ter essa regularização para quem tem uma parcela, para quem tem um modo fiscal. Assim, pediu para ter paciência, estamos tendo há 20 anos, mas vamos ter mais um tempinho aí.

Há mais ou menos um prazo para assinar esse convênio, botar a mão nesse dinheiro e botar o povo para trabalhar? Quanto tempo vamos ter que aguardar essas articulações, estamos fazendo reuniões, todas entidades, movimentos, associações, sindicato dando apoio, como

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

Adilson deu na Gleba Triângulo e com os demais companheiros já resolveu lá, quanto tempo vamos ter que deixar isso quieto e aguardar a mão forte do Poder Público com toda essa gente querendo ajudar?

Outra pergunta é para os nossos Deputados, a nossa obra da 339 vai continuar? Qual é a dimensão que ela vai alcançar e se o asfaltamento só é aquele lá, ele só tem a parte de bandagem, não tem uma pista de rolamento em cima como os demais, que têm a primeira camada e a pista de rolamento, só é aquela casca que está tendo lá?

No mais, peço que a mesa... Eu agradeço, acho que todo esse pessoal está acreditando que desta vez a coisa vai, nós colocamos fé, que agora tem mulher no comando e o trem vai acontecer.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Quanto à estrada 339, nós estamos trabalhando muito, estamos apanhando dia e noite, tanto eu como o Deputado Wagner Ramos por causa dessa estrada, mas não vamos desanimar, o Governo tem o compromisso de continuar essa obra, como da estrada que liga Barra do Bugres a Jangada, como a 240 que liga a Santo Afonso, que deverá ter o início este ano ainda, porque toda documentação está pronta. Agora estamos igual a vocês: cobrando, e acreditamos que o Governo faça pelo menos mais um trecho.

E quanto ao serviço, de que não está ficando bom, nós iremos cobrar para que a empreiteira que está ali complete o trabalho naquela localidade.

O SR. WAGNER RAMOS – Só para dar um alô nessa estrada rapidinho.

Falei: Deputado Saturnino Masson, vamos ficar até mais tarde na Sessão? Ele falou: “Wagner, eu tenho que ir cedo, porque eu vou ter que andar com o pessoal.”

Hoje, à tarde, nós tivemos uma reunião sobre a 339. Nós fomos lá na Secretaria, e é o seguinte: a obra está parada, aquele trabalho que foi feito... Vai ser feito mais um recapeamento por cima dela, porque não terminou, e o Secretário nos confirmou que quer fazer este ano 20 quilômetros, chegando até a curva, passa um pouco da curva com sentido ao Rio Tarumã. Eles acreditam que vai começar no mês de junho, vai começar as obras e aí não para, vai até o final do ano.

Essa é a informação que nós tivemos hoje lá da Secretaria, do Secretário Marcelo.

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Primeiro, dizer parabéns ao pessoal da agricultura familiar, que cobra bastante, fala bastante, é desse jeito que nós vamos avançar.

Eu estava falando com o companheiro do INTERMAT, o INCRA tem só 02 assentamentos e tudo isso de demanda, imagina se tivesse mais? Mas esse é um sinal positivo, e para nós é uma satisfação poder responder.

Três questões: em relação à pauta de valores, com o Decreto nº 9.311, de 15 de março, nas áreas de até 01 módulo, vai pagar 10% da pauta de valores da região. Está uma mixaria. Se as terras na região valer 1.000 reais o hectare, o título vai sair por 10% disso. Está uma mixaria. E tem mais um detalhe, os títulos agora... Os 10 anos de cláusula resolutive contam a partir da emissão do CCU. Então, se vocês estão há 20 anos homologados pelo INCRA, vocês irão receber o título já computado esse prazo. Quem recebeu o título ano passado, agora já está pagando, dando baixa e transformando em escritura, porque a lei permite isso.

Em relação à água, eu só quero esclarecer uma coisa, um poço resolve? Um poço artesiano resolve ou uma rede.

O SR. ALDO TEIXEIRA DE MATOS – Ali seria necessária uma rede de distribuição com bombeamento, porque já foi furado um poço, mas a região não tem água. Só se

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

achar um lençol, porque a rocha é muito próxima. Foi furado um de 194 metros e ele só dá 1.200 litros/hora, então, a bomba trabalha 10 minutos e é desarmada, um poço na região ali não atende, tem que ser um bombeamento de água.

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Está em qual Município?

O SR. ALDO TEIXEIRA DE MATOS – Tangará da Serra.

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Eu vou assumir o compromisso de semana que vem sentar com o Superintendente da FUNASA, até se os Deputados poderem acompanhar, para tratarmos desse caso.

Nós tivemos uma conversa na Casa Civil este ano, nas questões de água nos assentamentos, principalmente nas que demandam poços, a Casa Civil vai repassar esse recurso para a FUNASA e a FUNASA vai poder executar. Nós temos uma demanda grande, nós levantamos 27 milhões, há um pouquinho de recursos, mas nós vamos levar essa demanda para a FUNASA.

Em relação ao prazo, eu passo para Eulinda, porque a Secretaria de Gestão do Estado ficou de fazer as contratações, não é, Eulinda?

A SR<sup>a</sup> EULINDA DE CAMPOS LOPES – Com relação ao prazo, tudo isso vai depender da elaboração do plano de trabalho. Então, como eu já disse, existe a necessidade... Já na próxima semana, sentaremos nós, do Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional, com o INTERMAT, com o INCRA e com a SERFAL para definirmos esse plano de trabalho.

O que é o plano de trabalho? Quais são os Municípios? Quais são os assentamentos? E por onde é que vai começar? Então, essa tem que ser uma situação conjunta e de preferência para que consigamos fazer com mais agilidade, que consigamos identificar quais são os Municípios onde há o maior número de assentamentos e de glebas do Governo Estadual e do Governo Federal para que possamos contratar empresa de geo para iniciar os levantamentos, porque aí ela vai fazer uma varredura, ela vai fazer em todos, tanto seja do Governo Estadual como do Governo Federal.

Então, agora é a hora de colocar a mão na massa mesmo para definir essa forma de trabalho. Então, como eu disse, nós estaremos na próxima semana já realizando as reuniões para que possamos estar trabalhando isso em conjunto com os 03 órgãos, INTERMAT, INCRA e SERFAL, e com o GDR, que é o coordenador desse programa.

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Ficou bem esclarecido esse assunto.

Agora, chamarei a Dona Eni Sandra Fabiana Pereira, da Gleba Santo André.

A SR<sup>a</sup> ENI SANDRA FABIANA PEREIRA – Boa noite a todos!

Eu quero fazer um esclarecimento sobre um assunto das Glebas Santo André e Pompéia, eu sou da Santo André.

Sobre esse documento que fala que ela não foi levantada, que não é área particular, ela é realmente área particular, porque foi levantada.

A área em que eu sou Presidente é uma área de 5.300 hectares. E onde eles dizem que tem fazendeiro, que é a Santo André, é uma área do Banco. Então, existe um fazendeiro lá. Eles colocam como se eu estivesse defendendo esse fazendeiro, mas não é a minha área, entende?

A juíza esteve na área no dia 25 de maio de 2017. Ela fez a vistoria na área e achou que as pessoas realmente são trabalhadoras, são trabalhadores rurais, porque lá nós temos 09 resfriadores, ordenha leiteira. Lá é bacia leiteira, como sempre dissemos, realmente é isso, só que sem PRONAF, até hoje não tivemos muito resultado nisso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

Foi feito estudo pelo INTERMAT, eu estive no INTERMAT, várias pessoas me conhecem lá no INTERMAT, o Sr. Cândido Teles fez um estudo com o Dr. Air Praeiro e realmente é uma área particular. Eu só quero esclarecer isso, esse problema já está no INTERMAT para resolver, e eu acho que será resolvido, porque nós temos um processo com o Defensor Público Air Praeiro há 05 anos. Eu acho que realmente nós vamos resolver esse problema sem criar conflito, sem nada.

Eles falam que eu estou defendendo o fazendeiro. Por várias vezes eles foram a várias rádios falar sobre isso, mas não é a minha área a área que estão comentando. Eu não estou mentindo, podem ir lá fazer a vistoria, todas as vezes que for regularizar, alguém vai fazer a vistoria da área, e se tiver alguma coisa que não é realmente aquilo que terá que ser feito, quem vai ver são vocês, não sou eu, e nem outra pessoa. Eu só queria esclarecer esse assunto.

Nessas áreas, nós fizemos o georreferenciamento, nós temos um mapa geral dessas áreas, porque foi feito pela Defensoria Pública, a Defensoria Pública pediu, realmente, quando foi feito, foi pago isso aí para fazer. Eu não sei se a Defensoria levou até o INCRA para registrar ou não, eu sei que eles ficaram com isso aí, com o georreferenciado, com tudo feito nas mãos deles. É a Defensoria Pública do núcleo fundiário em Cuiabá, eles são os nossos defensores, eles estiveram aqui na vistoria, nos conflitos agrários, esteve todo mundo aqui, o Promotor esteve também na nossa área ali e eu acho que se tiver alguma coisa, eles que irão falar sobre esse assunto.

A SR<sup>a</sup> IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – Como é o nome da senhora?

A SR<sup>a</sup> ENI SANDRA FABIANA PEREIRA – Eni.

A SR<sup>a</sup> IZA KAROL GOMES LUZARDO PIZZA – A regularização prima pelo principal requisito que é estar ocupando, então, aquele que tem algum tipo de dúvida em relação à senhora, o direito de quem a senhora está defendendo... O Poder Público não faz regularização sem a vistoria, que é o ato primordial e principal de uma regularização fundiária. A vistoria vai detectar quem está, o que produz e se ela se enquadra no perfil da regularização.

O segundo passo, o INTERMAT esteve, através do Dr. Air Praeiro e Munir Arfox, realmente buscando e levando esse georreferenciamento da área de vocês. O que o INTERMAT tenta viabilizar é: como a área era de uma empresa e foi dada em pagamento para o INSS como dívida, e isso já foi até pontuado por eles, o Estado neste momento não pode agir, porque a área não é do Estado. O que podemos fazer é mediar e tentar algumas tratativas para que parte dessa área onde vocês estão possa de alguma forma vir para o patrimônio e que seja destinado a quem faz jus de direito.

Então, o primeiro ponto a ser questionado: ela foi tomada em pagamento de um tributo de tendência previdenciária, então, ela pertence ao INSS, ainda nem ao patrimônio destacada para regularização, ela pertence a um CNPJ específico. Então, o que o Estado de Mato Grosso, através do Presidente do INTERMAT, na época, com a Defensoria Pública, que é o Dr. Air Praeiro e Dr. Munir, que estiveram, a Dr<sup>a</sup> Adriana Coningham, que também esteve fazendo a vistoria, a constatação... Vamos sentar para tentar achar uma solução para aqueles que têm direito, seja através do Governo Federal, seja através do Governo do Estado. Só que, neste momento, nós estamos na fase de negociação.

Então, aqueles que tiveram direito realmente, o Estado vai trabalhar por vocês, de uma forma ou de outra, em parceria com o INCRA, em parceria com a Assembleia Legislativa, mas neste momento, temos que aguardar a destinação da área de forma parcial, porque tem ocupação e tem outras destinações também.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Com a palavra, Izabel Mendonça, da COHAB Tarumã. É uma urbana.

A Izabel já foi embora? Cansou.

Antônio Pardim, de Santo Afonso.

O SR. ANTÔNIO PARDIM – Boa noite à mesa, boa noite a todos!

A minha pergunta é para qualquer autoridade da mesa que possa me responder.

Eu quero saber se é lei você pagar iluminação pública nos lotes de zona rural, por exemplo. Principalmente, aquele que mora em um Município e está sendo cobrado por outro Município. Lá há muitos ainda, inclusive eu, que tem uma casinha humilde, de madeira, simples, com 02 ou 03 lâmpadas e quando você acende uma, você apaga a outra. E à noite, quando você vai dormir, você apaga tudo. Cobrar a iluminação pública, quase 40% do valor do consumo, sendo que aqui na cidade são 7%, 8% e lá são quase 40%, está na lei?

Gostaria que alguém me respondesse isso.

O SR. WAGNER RAMOS – Eu gostaria que você fosse mais claro. Qual é o Município, para nós sabermos...

O SR. ANTÔNIO PARDIM – Tem pessoas que moram, por exemplo, em Nova Marilândia e é cobrado pelo Município de Santo Afonso. O boleto vem por Santo Afonso. Essa cobrança vem no boleto destinado a Santo Afonso.

A SR<sup>a</sup> INÊS – É que a Agência, quando foi feito o projeto da energia elétrica, eles colocaram o Município de Santo Afonso, eu acho que por ser mais perto. Nós moramos em Nova Marilândia e a conta vem com o endereço de Santo Afonso e eles cobram uma taxa em cima.

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Eu dou uma opinião, no nosso Município, que eu conheço, não tem esse tipo de cobrança em iluminação na zona rural. Seria uma questão de entrarmos em contato com o Secretário, com o Vereador, com alguém do Município de Santo Afonso para ver se eles têm uma lei específica que trate disso, porque pelo conhecimento da mesa nós não sabemos.

O Vice-Prefeito está aqui!

Lá tem essa lei Vice- Prefeito? Eu gostaria que senhor falasse como aprovaram essa lei para cobrar iluminação pública da zona rural. Explique para eles.

O SR. REINALDO RODRIGUES SANTANA – Boa noite!

A situação é a seguinte: no mandato do Gordo Salim os Vereadores aprovaram a Lei e o Joabe Santos sancionou. Então, nessa situação eu fui o único político que bateu de frente e não concordou com essa taxa de iluminação pública rural, mas o Prefeito e os Vereadores, hoje, que estão no mandato, acham justo. Se é justo, temos que discutir. Não é verdade? Eu, também, não concordo!

Eu sinto muito! Não concordo, mas fazer o que! O Joabe sancionou e nós, cidadãos, que trabalhamos na zona rural, temos que procurar um meio de revogar essa Lei.

Vocês podem ter certeza que eu, Reinaldo Rodrigues Santana, Vice-Prefeito de Santo Afonso, estou com vocês para revogar essa lei.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. ANTÔNIO PARDIM – Sr. Vice-Prefeito, gostaria de fazer uma pergunta para o senhor: se for feito um levantamento pelas pessoas, um abaixo-assinado e irmos ao Ministério Público denunciar?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

O SR. REINALDO RODRIGUES SANTANA – Estão tentando fazer esse procedimento faz tempo, mas até agora não teve êxito. Se for preciso, a primeira denúncia sairá da minha pessoa.

O SR. VILSON – Primeiramente, boa-noite!

Meu nome é Vilson!

A lei é inconstitucional, porque o Município não tem poderes de cobrar taxa de iluminação pública. Quem pode cobrar é só a Energisa, que detém autorização e concessão de exploração de energia elétrica.

Então, o que os senhores devem procurar fazer é uma Ação Direta de Inconstitucionalidade da lei municipal. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Acho que encerramos as perguntas, mas deixo aberto. Se tiver mais pessoas que ficaram com alguma dúvida, façam perguntas bem rápidas, porque o nosso horário... Inclusive, a transmissão será cortada por motivo do horário.

Tem pergunta, ainda? Chegue aqui! Pode fazer a pergunta, por gentileza, porque a Audiência Pública foi feita para escutar vocês. Então, faça a sua pergunta bem rapidinho, por favor.

O SR. DELCINDO DE OLIVEIRA FILHO – O meu nome é Delcindo de Oliveira Filho, moro no Assentamento Antônio Conselheiro.

Eu gostaria de ter uma resposta de vocês, dos Deputados, do representante do INCRA, sobre habitação, porque lá a habitação chegou para vários, mas muitos, ainda, se encontram em barracos até hoje. E bastante!

Eu quero saber se isso será concluído para os outros que faltam, ainda, receber.

O SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA – Infelizmente a habitação de assentamento do INCRA, hoje, não é mais com o INCRA. É com o Ministério das Cidades. E é uma luta nossa! Desde 2013 saiu do INCRA para o Ministério das Cidades. Então, o caminho, hoje, é pegar uma organização social ou um sindicato, a FETAGRI tem convênio com o Ministério de Cidades, fazer o projeto e apresentar na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil.

Só que desde 2013 só saiu um caso e nós temos uma demanda grande no Estado, e até é importante registrar, Deputados, para nos ajudar na cobrança na Casa Civil para voltar para o INCRA a habitação, porque, hoje, é o Ministério de Cidades o responsável por isso.

O SR. JONAS VINÍCIUS LIMA – O meu nome é Jonas, do FNE.

Deputado, foi protocolado no INCRA, na FETAGRI, ontem, isto aqui. Vamos para cima e quero agradecer a todos.

Eu tenho uma perguntinha para o Adair.

Tem muitas pessoas, Adair, que estão precisando mesmo da ajuda do INCRA como cesta básica, vistoria e o geo.

O crédito fundiário, Deputado, lá em Brasília foi falado que tem 700 milhões liberados para o crédito fundiário.

Srs. Deputados, vamos ver se conseguimos trazer esses 700 milhões para o INCRA. Já fizemos esse pedido para o Diogo Padilha e está nas mãos de vocês.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Eu que agradeço.

O Edilson, do Sindicato, tem uma perguntinha rápida.

O SR. EDILSON AFONSO DA SILVA – Rapidinha.

Podemos contar com o apoio do recurso do Estado e do INCRA para fazer o geo do Antônio Conselheiro?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

A SRª EULINDA DE CAMPOS LOPES – Sim, podem contar. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Nós agradecemos a presença de todos vocês produtores, presidentes de sindicatos que vieram.

E quero cumprimentar a mesa, todas as autoridades que compareceram aqui. Muito obrigado!

Vamos encerrar esta Audiência...

Mas o senhor pode fazer a pergunta

O SR. PAULO – Boa noite!

O meu nome é Paulo! Inclusive, a moçada aqui me conhece de Tangará da Serra.

Eu gostaria de fazer uma pergunta sobre o geo, se é para pagar, como é, a empresa?

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – A Doutora já disse aqui. O Governo do Estado arrumou um recurso e vai fazer o geo.

O SR. PAULO – Ninguém vai pagar?

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – A Doutora já explicou.

O SR. PAULO – Já explicou? Porque, se for pagar, ninguém merece. Eu queria saber disso!

A SRª EULINDA DE CAMPOS LOPES – Não, ninguém vai pagar nada. O programa vai fazer o geo e toda a parte da regularização até entregar o título para o senhor.

O SR. PAULO – Falou, moça!

Obrigado pela resposta!

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) – Então, agradeço a todos, mais uma vez!

Muito obrigado pela presença de todos!

Estamos empenhados como vocês. Vamos trabalhar e trabalhar para que a coisa não pare.

Vamos encerrar esta Audiência dizendo muito obrigado a todos e que Deus os abençoe na volta para suas casas. (PALMAS)

Está encerrada esta Audiência Pública.

### **Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Alessandra Maria Oliveira da Silva
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Luciane Carvalho Borges;
- Taiza Antônia Noujain;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
- Patrícia Elena Carvalho;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE DISCUTIR A REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA E URBANA DE TANGARÁ DA SERRA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE  
2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

---

- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.